

MARCO ANTONIO RIBAS CAVALIERI

**COMO O PARANÁ BEBEU O MATE: O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL NO PARANÁ SOB A ATIVIDADE ERVATEIRA**

Monografia apresentada para obtenção de
Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas, Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Victor M. P. Alvarez

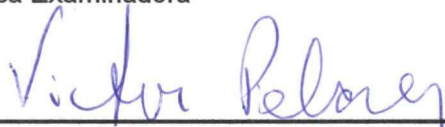
CURITIBA
2004

MARCO ANTONIO RIBAS CAVALIERI

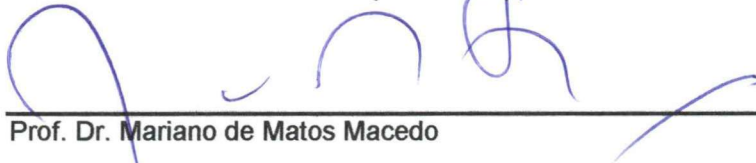
COMO O PARANÁ BEBEU O MATE: O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO PARANÁ SOB A ATIVIDADE ERVATEIRA

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR.

Banca Examinadora



Prof. Dr. Victor M. P. Alvarez (Orientador)



Prof. Dr. Mariano de Matos Macedo



Prof. Dr. Francisco de B. B. de Magalhães Filho

Dedico esta monografia a Prof. Jussara M. Ribas Cavaliéri, minha mãe, pois foi ela que incansavelmente lutou para que a minha graduação se tornasse realidade. Ela também, há três décadas na docência, me mostrou as virtudes dessa profissão, a qual pretendo seguir. Seu exemplo sempre foi minha maior motivação.

Agradeço ao Prof. Victor M. P. Alvarez pela orientação paciente e muito dedicada. Este trabalho e a decisão de atuar no campo da história econômica foram motivados pelas estimulantes aulas de Formação Econômica do Brasil ministradas por esse professor.

Una historia no es sólo verdad cuando se narra cómo ha sucedido, sino también cuando se relata cómo hubiera podido acontecer.

J. Mario Simmel

SUMÁRIO

RESUMO	vii
1 INTRODUÇÃO	1
2 A CONCEPÇÃO DE SÉRGIO BOISIER SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	3
2.1 A CONEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SÉRGIO BOISIER	3
2.1.1 Crescimento e Desenvolvimento Regional	3
2.1.2 Crescimento Regional	5
2.1.2.1 A acumulação de capital	5
2.1.2.2 A geração de conhecimento e progresso técnico	6
2.1.2.3 Demanda externa	7
2.1.2.4 Política econômica nacional	7
2.1.3 O Desenvolvimento Regional	8
2.1.3.1 Os atores	8
2.1.3.2 Cultura	9
2.1.3.3 Recursos	10
2.1.3.4 Instituições	10
2.1.3.5 Procedimentos	10
2.1.3.6 Entorno	11
2.2 O PENSAMENTO DE SÉRGIO BOISIER COMO UMA ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	11
3 OS CICLOS ECONÔMICOS PARANAENSES	14
3.1 OS CICLOS ECONÔMICOS ANTERIORES AO ERVATEIRO	14
3.1.1 O Apresamento de Índios e a Busca por Metais Preciosos	14
3.1.2 O Tropeirismo	17
4 A QUESTÃO DA DINÂMICA DO CRESCIMENTO DA ERVA-MATE	20
4.1 O SURGIMENTO DA EXPORTAÇÃO DA ERVA MATE PARANAENSE E A PRIMEIRA FASE: 1820-1864	21
4.2 A SEGUNDA FASE: DA GUERRA DO PARAGUAI AO INÍCIO DA REPÚBLICA (1865-1887)	27
4.3 AUGE E DECADÊNCIA: 1886-1926	30
4.4 A PROMOÇÃO DO PRODUTO	35

5 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SOB A ATIVIDADE ERVATEIRA	38
5.1 AS CARACTERÍSTICAS DO CAPITAL ERVATEIRO.....	39
5.1.1 O Assalariamento da Mão-de-Obra.....	40
5.1.2 A Evolução Tecnológica na Indústria de Erva-Mate.....	43
5.1.3 O caráter urbano da economia do mate.....	45
5.2 A ATUAÇÃO DO ESTADO DURANTE O CICLO DO MATE.....	47
5.2.1 Políticas públicas adotadas pelo governo local para a erva-mate no Paraná.....	48
5.2.2 Os Institutos Estaduais e o Instituto Nacional do Mate.....	50
5.3 A CULTURA DA FALSIFICAÇÃO.....	53
6 CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
OBRAS CONSULTADAS	59
ANEXO 1	60

RESUMO

Essa monografia pretende fazer alguns apontamentos acerca da história do desenvolvimento socioeconômico do Paraná. Mais especificamente procura-se analisar o período durante o qual a erva-mate foi a principal atividade econômica da região. Tal período se estende desde o início do século XIX até a década de 1930. O referencial teórico utilizado neste trabalho baseia-se na concepção de desenvolvimento regional de Sérgio Boisier. Esse ferramental teórico procura dar destaque a fatores institucionais na geração de um processo de desenvolvimento regional. Assim sendo, faz-se uma análise que une várias interpretações presentes na historiografia paranaense para coloca-las sobre o enfoque de Boisier. A finalidade é traçar alguns apontamentos sobre quais fatores impulsionaram e quais atrasaram a geração de tal processo a partir da oportunidade dada pela exploração do mate.

1 INTRODUÇÃO

A região que corresponde ao atual Estado do Paraná tem sua formação econômica ligada a sucessivos ciclos de atividades econômicas, os quais, com alguma sobreposição no tempo, dominaram as forças produtivas da região. Na literatura se destacam o ciclo do ouro, da atividade tropeira, da erva-mate, da madeira e do café. Cada atividade deixou marcas profundas na conformação do que viria a ser a sociedade paranaense de hoje.

No entanto, tanto na historiografia como nas tradições locais o ciclo da erva-mate tem uma importância especial. Este fato pode ser considerado como consequência da duração desta atividade como maior polarizadora dos fatores de produção da região, pois o longo ciclo ervateiro, que constitui o escopo deste trabalho, se estende desde as primeiras décadas do século XIX até o início do século XX. Além desse aspecto temporal, sua influência na vida paranaense pode ser vista na arquitetura curitibana, na criação da infraestrutura do Estado, na formação da classe política e em algumas tradições locais.

Neste trabalho procura-se utilizar a concepção de desenvolvimento regional de Sérgio Boisier para analisar o quanto o Paraná aproveitou, em termos de desenvolvimento econômico e social, da oportunidade oferecida pela exploração da erva-mate. Neste sentido, é necessário frisar que um estudo completo, dando atenção a cada aspecto enfatizado por Boisier, não poderia ser feito em um trabalho desta natureza. Portanto os resultados desta análise são apenas apontamentos no sentido de mostrar quais fatores impulsionaram e quais atrasaram o desenvolvimento regional durante o ciclo do mate.

Para cumprir tal tarefa são analisados diversos estudos acadêmicos que fornecem uma ampla visão da história econômica paranaense. Com este material, procura-se “montar” um quadro do potencial de desenvolvimento socioeconômico no Paraná à época do ciclo do mate. O quadro que é montado a partir de tais estudos fornece uma interpretação que une vários pontos de vista de analistas da formação econômica paranaense.

O trabalho está organizado da seguinte maneira. No primeiro capítulo é apresentado o referencial teórico a ser utilizado. No capítulo seguinte procede-

se a uma síntese dos ciclos econômicos que antecederam a atividade ervateira. O terceiro capítulo concentra-se na descrição quantitativa do ciclo do mate, dando especial atenção à existência de uma oportunidade de crescimento regional motivada pela exportação de erva-mate. No quarto capítulo alguns aspectos relacionados ao desenvolvimento regional são discutidos. Na conclusão são feitos os apontamentos sobre a capacidade da região de gerar um processo de desenvolvimento a partir da exploração do mate.

2 A CONCEPÇÃO DE SÉRGIO BOISIER SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O referencial teórico deste trabalho é baseado na concepção de Sérgio Boisier sobre desenvolvimento regional. São duas as razões principais para esta escolha. A primeira diz respeito à originalidade no uso de tal teoria para a análise do caso paranaense, além da defasagem existente entre o surgimento de novas teorias de desenvolvimento regional e a historiografia do ciclo da erva-mate no Paraná. Em segundo lugar, pode-se dizer que a concepção de Boisier proporciona uma análise mais abrangente do processo de desenvolvimento regional, uma vez que utiliza paradigmas metodológicos da escola institucionalista.

Nesta linha de raciocínio este capítulo procura descrever, sucintamente, os conceitos de Boisier que serão utilizados no trabalho. Esclarece a diferença entre os processos de crescimento e desenvolvimento regional, suas interdependências e os seus fatores geradores. Fornece assim um instrumental para descrever padrões da evolução histórica do Estado do Paraná, possibilitando uma avaliação de quanto este território foi capaz de aproveitar da acumulação de capital do ciclo da erva-mate em termos de desenvolvimento econômico. Outra tarefa empreendida neste capítulo é a tentativa de mostrar o pensamento de Boisier como derivado da metodologia adotada pelos economistas ditos institucionalistas. Ressaltando a importância de Boisier como formulador de uma teoria de economia regional que pode ser utilizada em conjunto ou em substituição às metodologias de análise convencionais.

2.1 A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SÉRGIO BOISIER

2.1.1 Crescimento e Desenvolvimento Regional

Um ponto extensamente discutido na teoria econômica é a diferença entre os processos de crescimento e de desenvolvimento. Em sua acepção mais tradicional o crescimento de uma economia diz respeito ao caráter

quantitativo de sua evolução, geralmente enfatizando o crescimento do produto. Já o desenvolvimento de um sistema econômico envolve sua evolução qualitativa, principalmente no sentido da melhoria das condições de vida dos indivíduos que o integram.

Sérgio Boisier segue a mesma linha de raciocínio. Contudo, o interessante de sua concepção sobre este ponto é o fato de que o crescimento econômico e o desenvolvimento não seguem nenhuma relação de causalidade linear unidirecional. São os dois, ao mesmo tempo, causa e efeito de um só processo. O crescimento econômico constitui uma condição necessária do desenvolvimento, mas nunca suficiente. A evolução de uma região, no sentido de seu desenvolvimento, inicia-se com o crescimento, mas após este “impulso” inicial os dois processos interagem, formando o que VILLA chama de “jogo dialético” (1999, p.13). As condições que geram o desenvolvimento dão maior força ao crescimento e assim por diante. Nas palavras de BOISIER: “Si bien el crecimiento económico es condición del desarrollo, pareciera un razonamiento correcto asimilarlo al tropo de un rizo, dado que las condiciones generadoras del desarrollo también son condiciones que impulsan el crecimiento” (1999, p. 62).

É útil, para se entender esta concepção, pensar como sugere VILLA: “...que la espiral es la figura geométrica más adecuada para describir la interrelación entre crecimiento y desarrollo” (1999, p.13). Portanto a partir de um ponto inicial, constituído pelo crescimento econômico, o desenvolvimento pode ser desencadeado, dando também sustentação ao primeiro processo.

Boisier aponta alguns fatores que seriam geradores tanto do desenvolvimento como do crescimento de uma economia regional. Assim, tendo a região a condição necessária, ou seja, a oportunidade de crescimento econômico, pode-se desencadear o processo “dialético” que envolve a citada “espiral”. Deve ser destacado que para Boisier o crescimento econômico deriva principalmente de fatores exógenos à região, e o desenvolvimento de fatores endógenos. Sobre este ponto ele coloca: “Para sintetizar: o processo de crescimento econômico regional pode ser considerado (...) como essencialmente originado em forças e mecanismos exógenos à região (...). Pelo contrário, o processo de desenvolvimento regional é considerado principalmente, como a internalização do crescimento e, em consequência,

como de natureza essencialmente endógena” (BOISIER, 1989, p.616). As próximas duas seções discutem os fatores colocados como geradores de crescimento e desenvolvimento regional, respectivamente.

2.1.2 Crescimento Regional

São quatro fatores os responsáveis pela geração de crescimento regional. A acumulação de capital, a geração de conhecimento e progresso técnico, a demanda externa e a política econômica nacional. A experiência, segundo Boisier, sugere que estes fatores são determinados principalmente por forças exógenas à região. Isto porque afirmar que o crescimento é um processo endógeno seria equivalente a dizer que os quatro fatores acima dependem exclusivamente de agentes localizados na região. É fácil compreender que tal argumento é extremamente irreal, pois não é possível imaginar que a política econômica nacional, por exemplo, esteja totalmente sob o controle de autoridades regionais. Mas é necessário chamar a atenção para o fato de que as regiões possuem uma capacidade limitada para endogeneizar estes processos, ou seja, exercer certo controle sobre tais fatores. BOISIER descreve tal situação da seguinte maneira: “Puesto que no se puede descartar um cierto grado de endogeneidad dei crecimiento, la cuestión reside precisamente en la medición o evaluación dei grado de endogeneidad dei processo, en descubrir las tonalidades grises en un cuadro que las posturas más ideológicas pretenden pintar en blanco o negro” (1999, p.66).

Descreve-se abaixo os fatores responsáveis pelo crescimento regional e as maneiras que as regiões têm para internalizá-los.

2.1.2.1 A acumulação de capital

O ponto principal a ser destacado é a diferença entre as “lógicas” das fontes de capital que fluem para a região. Isto deve ser feito especialmente em relação à dicotomia capital privado e público. Classificando também os capitais do primeiro tipo entre nacionais e transnacionais.

O capital privado não tem preferência por regiões específicas propriamente ditas, mas pelas vantagens econômicas, como o potencial de lucros diretos ou indiretos oferecidos pelas regiões. Segundo BOISIER a lógica dos capitais privados: “ ...no está compuesta por criterios territoriales sino por criterios próprios de la racionalidad econômica...” (1999, p.67).

Assim as decisões de localização são extremamente exógenas, sendo a região capaz de influenciar estas escolhas através da promoção ou da negociação. A promoção envolve o auto-conhecimento da região e o uso de técnicas de mercado, no sentido do desenvolvimento de uma imagem corporativa para a região¹. Colocando-se as questões da criação de uma cultura de recepção e busca de capital.

Outra idéia que pode ser colocada é a de que o capital nacional tende a escolher uma região nacional, pela maior quantidade de informação de que dispõe a respeito da região. Por outro lado o capital público tem sua lógica ligada ao seu caráter coletivo, sendo assim disputado pelos agentes que compõem a unidade nacional. A região pode influir no processo decisório a respeito do capital público através da negociação. Esta envolve questões técnicas, mas principalmente políticas pois os elementos de transação são de caráter social ou coletivo (BOISIER, 1999, p.68).

2.1.2.2 A geração de conhecimento e progresso técnico

Estes fatores são geralmente exógenos e, principalmente em economias subdesenvolvidas tendem a surgir em conjunto com maquinaria e equipamento importado, os quais vêm com o investimento externo. É muito claro, e até intuitivo, que a região tenha maior capacidade de influir neste processo quanto maiores forem os investimentos em educação. Além disso a capacidade empresarial para assimilar novas tecnologias, como para gerar sinergia no processo de inovação, também são fatores cruciais para a internalização da geração de conhecimento e do progresso técnico. Uma forma de conhecimento

¹ Apesar de Boisier não colocar explicitamente o que seria a tal “imagem corporativa”, pode-se inferir que seria a criação de uma idéia, para os agentes que decidem a alocação de capital privado, de que a região é altamente favorável ao sucesso de empreendimentos.

que Boisier destaca como muito importante é o auto-conhecimento da região. Este encarado como a capacidade de avaliar potencialidades a partir dos recursos regionalmente disponíveis.

2.1.2.3 Demanda externa

Este é o fator de crescimento exógeno por excelência. É fator imprescindível para o crescimento regional. A região pode influir na demanda externa através da promoção.

2.1.2.4 Política econômica nacional

Citando FOLMER e NIJKAMP², BOISIER (1999, p. 70) afirma que a política econômica nacional afeta mais as economias regionais do que as políticas propriamente regionais. Alerta também para o fato de que geralmente as políticas nacionais, devido ao paradigma metodológico vigente utilizado no planejamento de ações nacionais, não levam em conta seus efeitos regionais (BOISIER, 1989, p. 632-635). As vias pelas quais a política nacional afeta as regiões são várias. Como exemplo pode-se citar o estabelecimento de um salário mínimo nacional, o qual impede que se ressaltem os diferenciais regionais de desemprego, prejudicando a mobilidade do fator trabalho. Também ocorre com políticas unificadas de preços públicos e tarifas, as quais "... costumam atuar como forças favoráveis a concentração de atividades no "centro", um prejuízo da distribuição regional mais balanceada" (BOISIER, 1989, p.635).

² FOLMER, H.; NIJKAMP, P. *Methodological Aspects of Regional Economics Policy's Impact Assesment. Paper of Regional Science Association*, vol 57, 1985.

2.1.3 O Desenvolvimento Regional

Segundo BOISIER a geração de um processo de desenvolvimento regional, na presença das condições do crescimento, são dadas pela existência, articulação e coerência entre seis elementos presentes, na maioria dos casos, em todos os territórios organizados, são eles: (1) os atores; (2) a cultura; (3) os recursos; (4) as instituições; (5) os procedimentos e o (6) entorno (BOISIER, 1999, p. 51). Estes elementos formam o chamado hexágono do desenvolvimento regional. Boisier coloca de uma forma mais detalhada a idéia presente no hexágono (BOISIER, 1999, p. 51):

Estos elementos interactúan entre si de una manera sólida o de una manera difusa, de una forma aleatória o de una forma inteligente y estructurada. El desarrollo se producirá si la interacción es sólida, e inteligentemente articulada mediante un proyecto colectivo o un proyecto político regional; de otra forma, se tiene simplemente una "caja negra" cuyo contenido y operación se desconocen. Todos estos elementos deben estudiarse sobre el terreno, es decir, evaluados y analizados caso a caso. Al igual que en las modernas teorías acerca de la inteligencia humana, acá se sostiene que el número de *conexiones binarias* entre los elementos anotados tiene directa relación con la posibilidad de generar procesos de desarrollo.

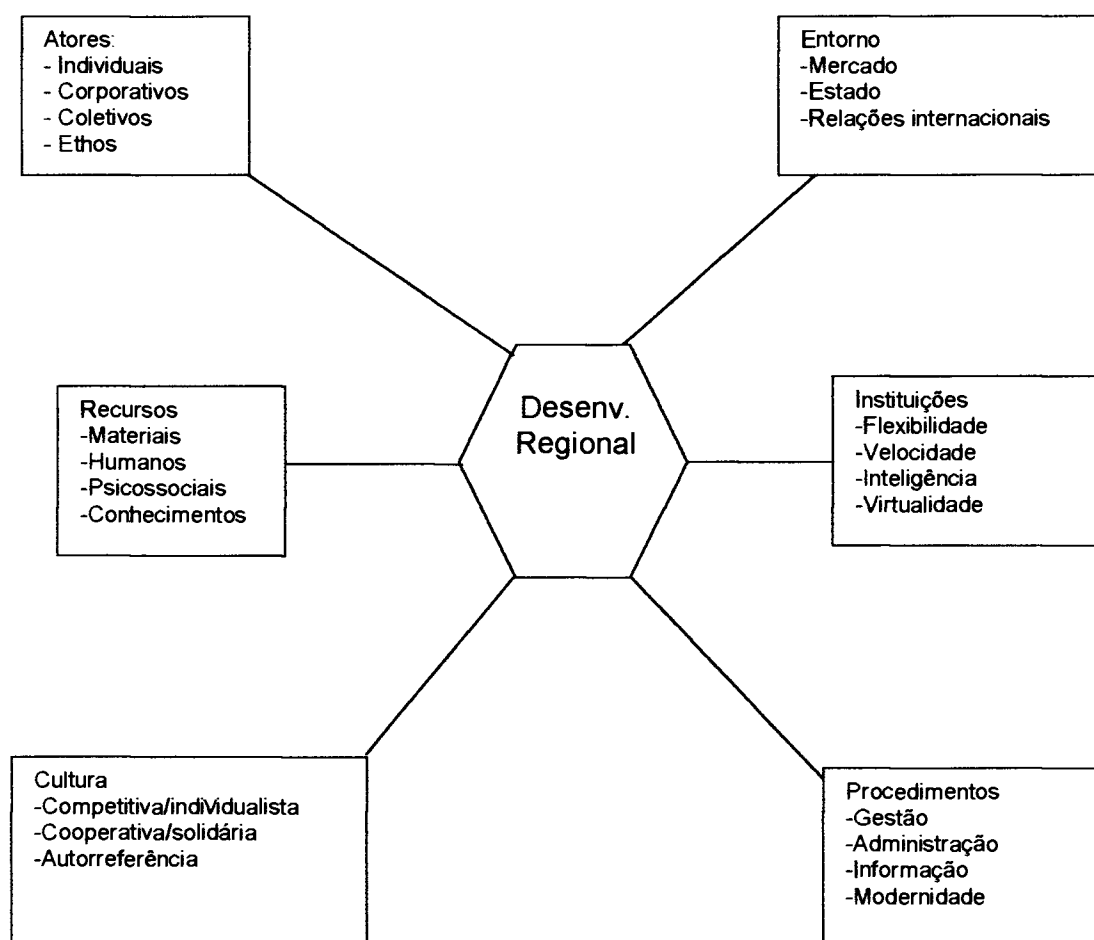
A seguir descreve-se com maior riqueza de detalhes cada um dos vértices do hexágono de desenvolvimento regional. A figura 1 mostra os elementos do hexágono do desenvolvimento regional.

2.1.3.1 Os atores

Os atores de uma região podem ser classificados em três categorias. Os atores individuais são aqueles indivíduos que detêm poder, tanto econômico quanto político. Em segundo lugar temos os atores corporativos, que podem ser sindicatos, agremiações estudantis, grupos empresarias, etc. Estes atores são de fácil identificação, pois geralmente dispõem de personalidade jurídica. Existem ainda os atores coletivos, movimentos sociais territorialmente

identificados. Estes na maioria das vezes nem existem, mas têm certa importância em algumas regiões. Cada ator tem seu *ethos* na atuação social, este envolve, no que diz respeito à economia regional, o caráter regional de suas demandas e sua lealdade ao lugar. Ainda é necessário levar em conta o grau de conflito entre os atores de uma região (BOISIER, 1999, p.52).

FIGURA 1 – O HEXÁGONO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL



2.1.3.2 Cultura

A cultura de uma região fornece dois elementos cruciais à análise da capacidade de se gerar um processo de desenvolvimento. Primeiro é necessário considerar em qual ponto de uma combinação convexa a sociedade regional se encontra entre dois pontos polares culturais: o primeiro de uma cultura competitiva/individualista, a qual é capaz de produzir crescimento sem

um verdadeiro desenvolvimento; e, o segundo de uma cultura cooperativa/solidária, que gera equidade sem uma capacidade tão alta de crescimento. Por outro lado, a região também deve ser capaz de criar autoreferência, ou seja, ter uma identificação com o lugar (BOISIER, 1999, p.52-53).

2.1.3.3 Recursos

Dentre os recursos necessários ao desenvolvimento Boisier destaca o caráter qualitativo de cada um. Em primeiro lugar existem os recursos materiais, ou seja, os recursos naturais, o capital, os equipamentos, etc. Já os recursos humanos devem ser considerados levando-se em conta a autoconfiança coletiva, a vontade coletiva, a perseverança, a consensualidade, etc. Também é preciso prestar atenção ao conjunto de conhecimentos como recurso ao desenvolvimento.

2.1.3.4 Instituições

O estudo das instituições pode ser iniciado com a elaboração de um mapa institucional, classificando-as em públicas ou privadas. Elas são os organismos de governo, as direções de serviços públicos, as empresas públicas, as universidades, a imprensa, ONGs, associações de caráter social e corporativo. Em seguida, deve-se avaliar a flexibilidade destas instituições para lidar com mudanças em seu meio, a velocidade com que elas respondem às oportunidades e para entrar e sair de acordos e a inteligência para assimilar práticas melhores e estabelecer ligações com outras instituições.

2.1.3.5 Procedimentos

Os procedimentos são de natureza política ou administrativa. O primeiro tipo se refere à capacidade da autoridade política regional de construir um

projeto político, no sentido descrito acima, dizendo respeito somente às instituições públicas. Os procedimentos de natureza administrativa são secundários em importância, mas também devem estar presentes em um território que transforma crescimento em desenvolvimento. São relacionados tanto às instituições públicas como às privadas. Eles são o planejamento previdente, a gestão de pessoal, a gestão de projetos de inversão e as relações públicas.

2.1.3.6 Entorno

O entorno que é composto principalmente pelo mercado, pelo governo e pelas relações internacionais (ou de região para região). São elementos sobre os quais não se tem controle, mas somente capacidade de influência. Determinar esta capacidade de influir no entorno é muito importante. A relação com o Estado pode ser de dependência, conflito ou cooperação, sendo evidente que esta última é a melhor para o desenvolvimento. A respeito do mercado deve-se conhecer os padrões de comércio, tratados e acordos, padrão geográfico, se as importações são feitas com associação da tecnologia, etc. Já as relações internacionais podem influir positivamente no sentido do desenvolvimento quando se estabelecem em caráter cooperativo.

2.2 O PENSAMENTO DE SÉRGIO BOISIER COMO UMA ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A concepção de Boisier sobre o desenvolvimento regional pode ser colocada, em termos do pensamento econômico, como uma teoria institucionalista do desenvolvimento regional. Diferente, portanto, das idéias mais tradicionais da economia regional, derivadas da teoria econômica neoclássica. Esta seção pretende situar Sérgio Boisier como um pensador institucionalista através da busca das características deste paradigma metodológico no referencial teórico apresentado acima. DUGGER (1988, p.899) destaca três diferenças fundamentais entre as escolas neoclássica e

institucionalista: “The character and effects of three related preconceptions concern us: (1) the kind of model or theory constructed, either descriptive or predictive, (2) the unit of analysis used, either the institution or the individual, and (3) the psychological perspective of the theorist, either behaviorist or subjectivist”.

Sobre o primeiro ponto é necessário notar que a teoria construída por Boisier procura fornecer subsídios para a descrição de um padrão da evolução do processo de desenvolvimento de uma determinada região. E é justamente a descrição de padrões, ao invés da dedução de resultados advindos de hipóteses, uma das características da metodologia institucionalista. DUGGER (1988, p.900) coloca: “A pattern model explains human behavior by carefully placing it in its institutional and cultural context. A predictive model [modelo de origem neoclássica] explains human behavior by carefully stating assumptions and deducing implications (predictions) from them”. O hexágono do desenvolvimento regional mostra como descrever um padrão cultural e institucional de uma economia e, como determinadas características deste contexto em que coloca-se a região podem desencadear um processo de desenvolvimento. Neste sentido, também é importante levar em conta a evolução dos padrões culturais e institucionais ao longo do tempo. De acordo com WILBER e HARRISON (1988, p.105): “At the most general level, institutional economics can be characterized as holistic, systemic, and evolutionary. Social reality is seen as more than a specified set of relations; it is the process of change inherent in a set of social institutions which we call an economic system”. Seguindo esta mesma lógica BOISIER (1999, p.64) critica a análise tradicional do conhecimento econômico:

La consecuencia más conocida de esto, es nuestra verdadera mania disyuntiva en la construcción del conocimiento, lo que descarta las antinomias y las circularidades, privilegiando la distinción, la separación y la oposición. El peso del cartesianismo dificulta reconocer el todo como contenedor y articulador de las partes (y no como la suma de ellas), e impide el pensamiento holístico y sistémico. En esas condiciones es difícil entender la naturaleza del fenómeno del desarrollo, totalizador y repleto de articulaciones.

Como unidade de análise fundamental de sua teoria Boisier destaca a cultura e o “modo de agir” dos elementos envolvidos no processo de desenvolvimento. Segundo DUGGER (1988, p.87), “To Thorstein Veblen (...), a institution is a set of norms and ideals which is imperfectly (hence, subject to dramatic change) reproduced or internalized through habituation in each succeeding generation of individuals”. Este tipo de abordagem identifica-se na teoria em questão, por exemplo, na análise do *ethos* dos atores de uma região. Também no estudo da lealdade regional dos empresários da região. Outro ponto onde se destaca tal concepção é a idéia de que a região pode tornar mais internalizada a acumulação de capital, através da criação de uma cultura de busca e recepção de capital. Pode-se afirmar que Boisier procura também detalhar muito bem todos os aspectos de suas unidades de análise, procurando fornecer um quadro mais profundo das instituições presentes em uma região. Isto também vai de encontro à metodologia institucionalista, a qual procura fazer uma descrição mais precisa para formar um modelo explicativo. Esta utiliza em menor grau o “princípio de Ocam”, tão presente nos modelos neoclássicos³.

Por último é interessante notar que Boisier procura situar os comportamentos dos indivíduos como derivados do contexto no qual estão inseridos, ao contrário de tomar alguns dados exógenos e deduzir resultados, como faz a teoria convencional. Esta é a perspectiva psicológica do *behaviorismo*, ou seja, o comportamento dos indivíduos é determinado por suas relações como um todo, ao invés de se tomar o comportamento do todo como a soma de muitos comportamentos individuais pré-concebidos (DUGGER, 1988, p.88). A cultura de autorreferência que pode ter lugar em uma região é gerada por exemplo coletivamente e não derivada simplesmente de preferências individuais dadas.

Deste modo situa-se o pensamento de Sergio Boisier como de corte institucionalista, proporcionando a este trabalho um rico ferramental de análise. Este possibilita colocar sobre o contexto institucional e cultural paranaense a “responsabilidade” pelo que se fez, em termos de desenvolvimento, a partir das condições de crescimento econômico derivadas do ciclo ervateiro.

³ O princípio de Occam postula que não se deve estender o número de entidades de análise para explicar algo além do mínimo necessário (PRINCIPIA CYBERNETIC WEB, 2003).

3 OS CICLOS ECONÔMICOS PARANAENSES

A evolução da economia do Paraná é tratada na historiografia através dos ciclos econômicos pelos quais passou o Estado⁴. Estes ciclos correspondem a movimentos de crescimento, auge e declínio de atividades econômicas ligadas a um produto exportado da região. Desde o final do século XVI até as primeiras décadas do século XX, período que constitui o escopo deste capítulo, sucedem-se atividades econômicas que primeiramente transferem, e depois mobilizam os fatores de produção no Paraná.

Este capítulo trata dos ciclos econômicos que antecederam o ervateiro. Deste modo, descreve-se, sucintamente, a evolução de duas fases econômicas que tiveram importância capital para a formação da sociedade paranaense. A fase de apresamento de gentio e busca de metais preciosos, a qual foi responsável pela fixação das primeiras populações no primeiro planalto e no litoral e pela presença do Estado⁵. Com a brevidade do ciclo do ouro as populações que tinham migrado para o território reverterem para as atividades de subsistência. Somente com o auge da mineração em Minas Gerais é que o Paraná volta a ter uma atividade com maior dinamismo: a pecuária (ou tropeirismo), correspondendo a uma segunda fase. A importância deste ciclo é a acumulação de capital que ele proporcionou, juntamente com a formação de uma classe dominante mais forte, a qual rivalizaria com os ervateiros de Curitiba e do litoral (OLIVEIRA, 2001, p.95-102).

3.1 OS CICLOS ECONÔMICOS ANTERIORES AO ERVATEIRO

3.1.1 O Apresamento de Índios e a Busca por Metais Preciosos

As primeiras incursões de não-nativos no território paranaense foram levadas a cabo por habitantes de São Vicente, São Paulo e Santos ainda no

⁴ Este tratamento é explicitamente utilizado, por exemplo, nos trabalhos de MAGALHÃES FILHO (1972), WESTPHALEN (1998), OLIVEIRA (2001) e nos estudos clássicos de CARNEIRO (1962) e MARTINS (193?).

⁵ A instalação dos primeiros povoados ocorreu com a exploração aurífera, mas esta somente tomou vulto pelo esgotamento das tribos que proviam mão-de-obra aos paulistas, daí a importância de se destacar tal atividade.

final do século XVI. Isto se deu principalmente pela necessidade de mão-de-obra naquelas localidades e pela esperança da existência de metais preciosos. Nas palavras de SANTOS (2001, p.17): “A presença constante de paulistas no litoral sul da Capitania, no final do século XVI, com o duplo objetivo de prear índios, localizar e explorar metais preciosos, visava satisfazer os citados mercados [Minas Gerais e São Paulo], cada vez mais exigentes e consumidores”. A população de São Vicente era tão necessitada de mão-de-obra que em 1585 os moradores pediam ao capitão-mor a organização de expedições com a finalidade de obter cativos, pois diziam que se isto não fosse possível largariam a terra pela impossibilidade de se sustentar sem escravaria (WESTPHALEN, BALHANA e MACHADO, 1969, p.27). A mão-de-obra escrava era portanto um fator de subsistência para os habitantes daquela região. Mas, ao longo do século XVII as tribos livres foram extinguindo-se na região ao alcance dos paulistas. É a partir deste momento, final daquele século, que ocorrem transformações importantes no território paranaense. WESTPHALEN, BALHANA e MACHADO (1969, p.28) colocam:

É no início dessa situação, quando chegava ao final o processo da extinção dos carijós dos sertões paranaense e catarinense [ao longo das últimas décadas do século XVII], que os paulistas iniciam dois grandes movimentos: a procura de mais índios no oeste do atual Paraná, na região de Guairá, e a procura do ouro no leste do atual Paraná, na região de Curitiba e Paranaguá⁶.

MAGALHÃES FILHO (1972, p.-) com base em dados de Roberto SIMONSEN (1957)⁷ fornece uma idéia da amplitude da economia de apresamento de índios em seu auge, meados do século XVII: “...São Paulo exportou cerca de 90.000 escravos índios, (...). Era o principal artigo de exportação da Capitania, e esse valor correspondia a um terço das exportações anuais de açúcar”. Mas o apresamento de índios foi uma atividade incapaz de fixar populações no Paraná, foi somente o ouro que trouxe esta possibilidade.

⁶ Neste trabalho é dada ênfase à história do litoral e do primeiro planalto, locais em que se desenvolveram as atividades ervateiras.

⁷ SIMONSEN, R. C. *História Econômica do Brasil (1500-1822)*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Nacional, 1957. p. 214.

Apesar de notícias e determinações governamentais aludirem às riquezas metais no Paraná desde o século XVI, estas não motivaram atividades econômicas com algum significado até meados do século seguinte⁸. O ouro encontrado primeiramente era de aluvião, ou seja, encontrado nos rios da região de Paranaguá. Assim, é a atividade desenvolvida pelos chamados faiscadores que fixa as primeiras concentrações populacionais no Paraná. A permanência dos que trabalhavam com a busca do ouro foi necessária dada a grande distância entre Paranaguá e as cercanias de São Paulo, de onde vinham estes exploradores. Sendo assim, quando foram fundadas as primeiras vilas, Paranaguá (1649) e Curitiba (1693), já existiam populações que não tinham no entanto nenhuma organização ou comando político (SANTOS, 2001, p.22). O ouro de aluvião era pouco e exigia muitos esforços para ser obtido, portanto o aumento do interesse do governo central por esta região somente ocorreu com a descoberta da primeira mina de ouro em Paranaguá por Gabriel de Lara em 1649⁹. Contudo a exploração aurífera no Paraná teve vida muito curta, encerrando-se as minas de Paranaguá já nas primeiras décadas de extração. Em Curitiba, que teve suas terras ocupadas em consequência da derrocada da mineração em Paranaguá, a atividade foi ainda mais efêmera. Segundo SANTOS (2001, p.23) a exploração de ouro em Curitiba “...exigia sacrifícios enormes para obter recompensa mínima”. SANTOS (2001, p.23) conclui que “...de um movimento expansionista paulista, formou-se em Paranaguá [e em consequência em Curitiba], em meados do século XVII, um agrupamento humano que aí se estabeleceu e se organizou, tendo como atividade básica a mineração”. Ao redor da economia do ouro foram estabelecidas atividades de abastecimento básico às vilas e arraiais. Com a decadência da atividade principal as populações foram revertendo para essa economia, para subsistência, baseada na cultura de alimentos e na criação. A escravaria que teria seria predominantemente indígena foi sendo remetida a outras regiões, pois estava pouco aproveitada em território paranaense

⁸ Na literatura é destacada a atitude do Governador Geral no final do século XVI D. Francisco de Souza em relação à prospecção de ouro e prata nas terras paranaenses ver (WESTPHALEN, BALHANA e MACHADO, 1969) e (SANTOS, 2001), sobre as determinações governamentais acerca dos metais preciosos antes de D. Francisco ver (CARNEIRO, 1962).

⁹ Apesar de Gabriel de Lara ter organizado a vila, por ordem do governo central, somente no final do século XVII, já em 1646 Eleodoro Ébano Pereira foi enviado como administrador das minas, e este nomeou um provedor dos quintos do ouro em Paranaguá.

(WESTPHALEN, BALHANA e MACHADO, 1969; SANTOS, 2001). Neste momento Paranaguá e Curitiba já formam um embrião da sociedade paranaense, o qual permaneceu em estagnação até o surgimento do próximo ciclo econômico.

3.1.2 O Tropeirismo

A nova atividade que iria movimentar a economia paranaense, após um período de estagnação no final do ciclo do ouro, estava profundamente ligada ao surgimento da economia aurífera em Minas Gerais. Esta nova atividade da colônia, a qual superaria em tamanho econômico a fase açucareira, não somente estimulou a criação e o comércio de animais no Paraná, mas fortaleceu a débil ligação que o centro econômico do país tinha com sua porção meridional. A interdependência entre a economia sulina e a mineira, com o claro predomínio da última, se estabeleceu em consequência de duas razões principais. A primeira diz respeito à alta lucratividade da exploração de ouro nas Minas Gerais e, por este motivo, ocorria a destinação de todos os fatores de produção à esta atividade. FURTADO (1998, p.76) destaca este fato: "...a elevada lucratividade do negócio induzia a concentrar na própria mineração todos os recursos disponíveis". A outra razão diz respeito à localização da região de mineração, longe de portos e em região de montanhas, por isso ela dependia de um sistema de transporte que se estabeleceu através dos mares. Estava criado um grande mercado para animais de carga e para a alimentação (FURTADO, 1998, p.77). Conjuntamente a este processo ocorreu um aumento no preço dos animais, como destaca SANTOS (2001, p.27): "As atividades ligadas à pecuária e ao tropeirismo no sul do Brasil se desenvolveram ainda mais, e, devido à demanda crescente, os preços dos alimentos e dos animais de transporte elevaram-se rapidamente". Estes fatores parecem ter sido, em linhas gerais, os possibilitadores da expansão do ciclo econômico no Paraná que ficou conhecido como tropeirismo.

O comércio de animais já ocorria desde o final do século XVII entre o Brasil meridional e as regiões ao norte, mas o grande desenvolvimento, principalmente no que diz respeito ao Paraná, ocorre a partir da década de

1730 com a abertura do caminho do Viamão (MAGALHÃES FILHO, 1999, p.87) (MAGALHÃES FILHO, 1972, p.-). Este caminho ligava a região do rio Guaíba até Sorocaba, passando pelas cercanias de Curitiba. Assim desenvolveu-se o tropeirismo, ou seja, o comércio inter-regional de animais (MAGALHÃES FILHO, 1999, p.86). As atividades do tropeiro estavam centradas na compra do gado na região riograndense e no transporte da tropa até a feira de Sorocaba, onde os animais eram negociados. Esta atividade envolvia também a chamada invernada, isto é, a parada da tropa para que os animais recuperassem o peso perdido na caminhada até a feira. As invernadas tinham lugar nas terras do próprio tropeiro, que não raro era proprietário de terras, ou então em terras alugadas para esse fim. MAGALHÃES FILHO (1999, p.87) destaca o fato de que: “Nesta atividade, o determinante era o que poderíamos chamar de capital de giro, não a posse de terras...”. Havia também no Paraná a criação de animais, ainda que a principal atividade tenha sido o comércio.

Uma característica importante desta fase da economia paranaense é o fato de que “o estabelecimento da pecuária como empresa econômica fundamental cristalizou a manutenção do trabalho escravo” (SANTOS, 2001, p.31). A mão-de-obra escrava se faz presente no Paraná daquela época, mas não em grande volume, pois o mesmo autor afirma adiante “A pecuária praticada nos campos do Paraná não exigia muitos trabalhadores...” (SANTOS, 2001, p.32).

A decadência da economia do tropeirismo acompanha a das Minas Gerais, com seu auge coincidindo com o daquela. A estagnação do comércio de animais durou até as primeiras décadas do século XIX, reanimando-se com a expansão do café. Em meados do século XIX ocorreu um novo pico nesta atividade. O golpe derradeiro no tropeirismo veio com a construção de estradas de ferro, especialmente da entre São Paulo e o Rio Grande do Sul em 1908 (MAGALHÃES FILHO, 1999, p.88).

A consequência mais importante do ciclo relacionado à atividade criatória é a formação de uma classe dominante. Esta teve papel central na Província a partir de sua emancipação, sendo a classe de maior expressão política naquela ocasião. Os proprietários de terras dos Campos Gerais, classe gestada nas fases de expansão do comércio de animais seriam um dos pólos

da política paranaense a partir do surgimento de outra classe com poder político: os empresários da erva-mate.

4 A QUESTÃO DA DINÂMICA DO CRESCIMENTO DA ERVA-MATE

Os 110 anos compreendidos entre a terceira década do século XIX e a grande depressão formam um longo ciclo econômico da economia paranaense. Foi neste período que a produção e a comercialização da erva-mate dominou a cena econômica desta região. Durante estes anos o mate foi responsável pela maior fração da renda paranaense, sendo também o principal produto de sua pauta de exportação.

Este capítulo analisa a evolução da atividade ervateira, dando especial atenção aos aspectos quantitativos, isto é, a evolução das variáveis preço, quantidade e valor exportados. A análise exposta aqui baseia-se no trabalho de ARANHA (1967)¹⁰. Este autor divide o ciclo do mate, desde seu surgimento como produto de exploração comercial considerável até 1967, em três fases. Na primeira o mercado é caracterizado pela ausência de regulação, esta fase compreende os anos entre 1820 e 1927. A segunda fase foi marcada pelos Institutos Estaduais do mate, ou seja, por uma intervenção descentralizada. Este período foi de 1927 a 1937. Em 1938, a criação do Instituto Nacional do mate inaugura a terceira fase, a da intervenção centralizada.

Neste capítulo a discussão será centrada em boa medida na primeira fase, pois é durante estes anos que o mate perdura como principal produto de exportação do Paraná¹¹. Depois da crise causada pelos impactos da grande depressão e do início da produção dos ervais plantados na Argentina, a madeira assumiu o posto que cabia anteriormente ao mate na economia do Estado (MAGALHÃES FILHO, 1972, p-).

O período que constitui o escopo deste capítulo será subdividido em três partes. Procura-se separar o período de mais de um século em três movimentos de auge e declínio dos preços. Assim, as três primeiras seções

¹⁰ Apesar da antiguidade deste trabalho ele foi o melhor tratamento "científico" que foi encontrado. Souza Aranha tem o mérito de dar atenção à evolução das variáveis econômicas com a isenção tão rara na literatura paranaense sobre o mate. A maioria das outras obras é apologética em relação à figuras históricas do Paraná. A "História Econômica do Mate" de LINHARES (1969) oscila entre os dois tipos de abordagem, mas apresentou certas informações fundamentais para se entender o ciclo ervateiro, principalmente no que diz respeito à promoção do produto no mercado europeu.

¹¹ No próximo capítulo será discutido o atraso no estabelecimento da ajuda do governo central, uma vez que o Instituto Nacional do mate só foi criado muito depois do início da pior crise que atingiu o setor.

são dedicadas à discussão de cada um destes movimentos. Ainda, no sentido do instrumental teórico apresentado por Sérgio Boisier, este capítulo também discute a promoção do mate, com vistas à conquista de novos mercados, principalmente o europeu. Isto é feito na última seção.

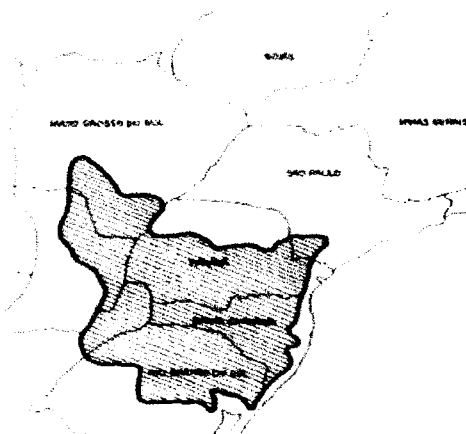
4.1 O SURGIMENTO DA EXPORTAÇÃO DA ERVA MATE PARANAENSE E A PRIMEIRA FASE: 1820-1864

O consumo da erva-mate tem origens pré-colombianas. Nesta fase havia o consumo local e um pequeno comércio de troca do produto. O mate era usado principalmente pelos guaranis, índios da região onde se encontravam os ervais nativos. Esta região localiza-se entre 20 e 30 graus de latitude sul, em uma região específica da América do Sul. A figura 2 mostra a localização do mate nativo. Mas a planta também fazia parte da alimentação de tribos Incas e outras localizadas na Bolívia, no Peru e no Chile. Isto se dava através do comércio de troca com os guaranis (ARANHA, 1967, p. 2; LINHARES, 1969, p. 3).

Após um período no qual a utilização da erva-mate foi condenada pelos colonizadores, principalmente pelos catequizadores jesuítas, foram estabelecidas as primeiras culturas da erva no início do século XVII. Os organizadores da produção, ainda em moldes pré-capitalistas, foram os próprios jesuítas. A decisão de abandonar a condenação ao consumo do mate parece ter derivado do fracasso da “campanha” contra a erva e da percepção das possibilidades econômicas desta atividade. ARANHA (1967, p.3) coloca: “...verificando que a sua campanha não lograra êxito, dada a grande propagação do uso da bebida entre colonos e nativos, os padres jesuítas passaram a se interessar pelo cultivo e comercialização da erva-mate”. O papel de “abrir os olhos” dos jesuítas às possibilidades econômicas da planta coube aos colonizadores espanhóis de fora da ordem religiosa. LINHARES (1969, p.14) chama a atenção nesse sentido: “[pode-se] inferir terem sido os espanhóis que abriram os olhos dos jesuítas para o lado positivo do mate, as suas possibilidades de negócio, o que o produto, afinal, valia como riqueza explorável, de grande rentabilidade comercial”. Assim, por volta do início do

século XVII, o mate tinha seu comércio dominado pela economia organizada pelos jesuítas. Paralelamente, alguns proprietários de terra paraguaios também iniciaram a exportação de erva-mate. Estas duas áreas de produção abasteciam os mercados do Paraguai e do Prata, os quais ainda hoje são os maiores consumidores do produto.

FIGURA 2 – OCORRÊNCIA NATURAL DA ERVA-MATE



FONTE: <http://www.pr.gov.br/ph/mate/painel1.html> ACESSO EM 02/12/03

O interesse no Brasil pela exploração econômica do mate teve início cerca de um século depois do estabelecimento do cultivo fomentado pelos jesuítas. A literatura histórica do Paraná destaca a resolução régia de 1722, como primeira manifestação deste interesse. Esta resolução dava aos habitantes de Paranaguá a permissão para iniciar um comércio através de seu porto de vários produtos, com destaque para a congonha, nome pelo qual se referiam à erva-mate (CARNEIRO, 1967, p. 84; LINHARES, 1969, passim; ARANHA, 1967, p. 6; SANTOS, 2001, p.39).

Somente um século depois o mate começou a ser explorado em maior escala. Sobre o comércio no século XVIII, após a resolução régia, WESTPHALEN (1998, p.230-232) aduz: "...a comercialização de erva-mate, em todo o correr do século, permanecera limitada às pequenas permutas com os barcos nacionais que, via de regra, buscavam em Paranaguá, apenas as farinhas de mandioca e o arroz...". Portanto, a exportação permaneceu sem significado econômico durante aquele século, entre a publicação da resolução régia e o início do ciclo ervateiro em 1820. A produção jesuítica e paraguaia

era responsável pelo abastecimento quase total dos mercados sul-americanos, impedindo a colocação do produto paranaense.

As possibilidades para a exportação da erva do Paraná foram abertas por dois acontecimentos. O primeiro foi a expulsão dos jesuítas da região das missões em 1767. Isto desarticulou a primeira experiência de exploração comercial do produto, deixando uma parcela da demanda não atendida. Mas ao final do século XVIII produtores paraguaios também eram responsáveis por uma boa parte da produção. Sendo assim, o fulcro fundamental para ascensão da exploração do produto paranaense foi a retirada do mercado desses produtores. Isto aconteceu em razão de uma determinação do ditador paraguaio Francia, a qual estabeleceu o monopólio estatal da comercialização da erva-mate (1813). O propósito do governante era destinar a produção paraguaia exclusivamente para o mercado interno. Houve com isso um desabastecimento repentino dos mercados argentino e uruguaio. Essas condições históricas viabilizaram a expansão do negócio do mate no Paraná.

Apesar do contexto favorável descrito acima, o Paraná ainda enfrentava dificuldades para penetrar nos mercados antes atendidos pelos paraguaios. A razão disto era a qualidade inferior do produto brasileiro. Os primeiros produtores no Paraná utilizavam técnicas rudimentares, que faziam com que o produto não apresentasse o mesmo gosto do similar paraguaio. Este obstáculo só foi superado com a chegada à Paranaguá de Francisco Alzaray, em 1820. Ele foi um comerciante argentino ao qual credita-se a transferência do conhecimento do preparo elaborado da erva-mate, capaz de atender ao gosto dos compradores argentinos e uruguaios. LINHARES (1969, p.78) afirma que:

em 1822 já se havia operado a revolução, que teve como causa principal a chegada a Paranaguá de Don Francisco Alzaray, (...), a quem ficamos devendo a implantação de outros métodos de comércio, proclamado depois como o homem que ensinou o fabrico, o beneficiamento e a forma de ensurroar a erva em pelotas ou surrões de couro, estabelecendo ali [Paranaguá] a primeira fábrica...

Neste sentido, a literatura histórica paranaense é unânime em afirmar que é a partir da chegada deste empresário argentino que se inicia o longo ciclo da erva-mate no Paraná (CARNEIRO, 1967; SANTOS, 2001; LINHARES,

1969 WESTPHALEN, 1998). É possível notar a importância que atingia a economia ervateira no Paraná na década de 1820 através dos dados coletados por WESTPHALEN (1998, p.239). Estes mostram que o mate era responsável por cerca de 70% das exportações feitas pelo porto de Paranaguá.

No trabalho de ARANHA (1967) a análise do ciclo do mate inicia-se com dados de exportação do segundo semestre de 1833¹². O gráfico 1 mostra parte dos dados coletados e tratados por Souza Aranha¹³.

Para tais informações foram calculados índices referentes ao preço em libras-ouro por tonelada, à quantidade exportada e ao valor, todos referenciados à taxa cambial fixa estabelecida no período da caixa de conversão na República Velha (1908-1912=100). Segundo ARANHA (1967) os preços em libras-ouro podem ser utilizados como uma proxy para o preço real do produto e para os ganhos auferidos pelos exportadores¹⁴. É possível notar, através destes dados, que há um ciclo bem definido pelos índices dos preços em libras-ouro, apresentando uma relativa estabilidade entre 1833 e a primeira metade da década de 1850. Na segunda metade desta década ocorre um pico, 1857 com um índice de 127,07, e em seguida a queda para os mesmos patamares do início do ciclo. Em 1865 o índice se aproxima dos valores observados para o início da década de 1940, aproximadamente 44. A quantidade exportada apresenta um movimento ascensional, que com algumas flutuações, se mantém até 1865. No caso da quantidade exportada verifica-se um aumento constante durante quase todo o período dos 110 anos do ciclo longo.

O início desta fase corresponde ao estabelecimento da atividade ervateira no Estado do Paraná. O movimento de ascensão de preços e quantidades exportadas tem como causas: (1) a retirada da concorrência paraguaia; (2) o deslocamento de famílias para a região ervateira, vindas do Rio Grande do Sul para fugir do palco das operações bélicas da revolta farroupilha (forneceram a mão-de-obra adicional); e (3) o aumento e

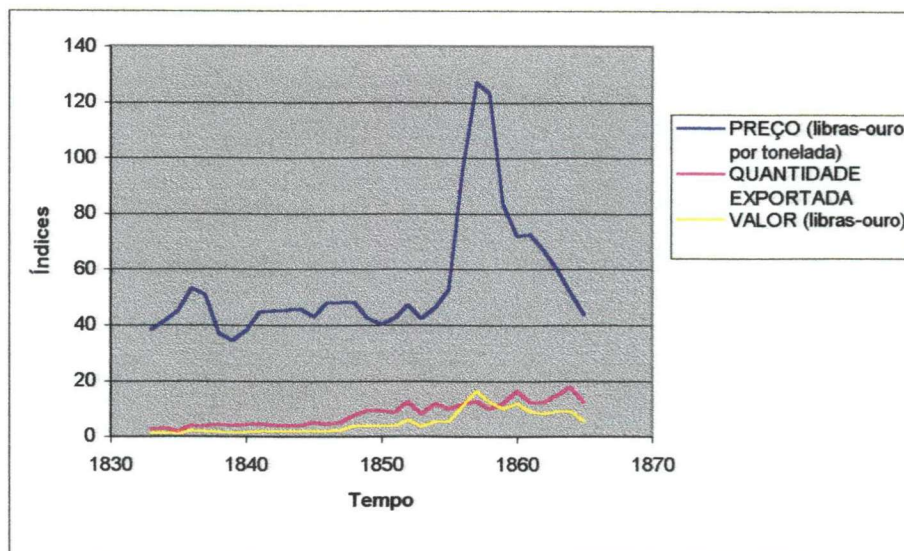
¹² Os anos considerados são os exercícios fiscais que têm início no segundo semestre do ano anterior ao indicado no gráfico e terminam no primeiro semestre do ano indicado.

¹³ No anexo 1 é colocada a tabela com os dados utilizados para a elaboração do gráfico.

¹⁴ ARANHA (1967) justifica esta hipótese argumentando que na maior parte do século XIX até 1930 a libra era a moeda utilizada nas transações internacionais, bem como era uma moeda que apresentava uma relativa estabilidade.

uniformização da qualidade da erva, devido principalmente às técnicas trazidas por Alzagaray.

GRÁFICO 1 – ÍNDICES DE PREÇO, QUANTIDADE E VALOR DE ERVA-MATE – 1833-1865 (1908-1912=100).



FONTE: ARANHA (1967)

Existem alguns pontos que devem ser notados nesta primeira fase. É notável o movimento de alta e de declínio dos preços durante a década de 1830. Em um primeiro momento estes sobem, até atingir um pico no exercício de 1835/1836, atingindo um índice de 53,18. Isto ocorre em razão da conjuntura apontada acima. Após esse auge, os preços declinam até 1839, ano a partir do qual estes iniciam uma recuperação. A causa apontada por ARANHA (1967, p. 28-30) para tal queda é a crise europeia de 1836. Esse abalo advindo das economias centrais, que atinge a atividade de exploração da erva-mate, mostra a fragilidade de uma economia baseada em exportações para outras economias subdesenvolvidas cuja a demanda estava atrelada ao desempenho de suas exportações aos países centrais. Este seria um fato recorrente durante o ciclo ervateiro.

Na medida em que a economia europeia se recupera da crise da segunda metade da década de 1830, o mate começa um novo movimento de aumento de preços. Nesse contexto a continuação da proibição da exportação paraguaia facilita este processo. Outro fato que permite a retomada do

aumento dos preços é a crescente demanda interna (ARANHA, 1967, p. 30-32). Entre 1838 e 1850 a variação dos preços não é tão brusca como a ocorrida na década de 1830, uma vez que a variação dos preços entre os anos de 1841, quando estes iniciam uma recuperação, e 1847, pico deste pequeno ciclo, atinge 10%. Uma variação pequena se comparada com a da década de 1830, que entre 1833 e 1835, atingiu cerca de 38%. Durante esses anos o comércio ervateiro foi ameaçado pela retirada da proibição paraguaia (1840). Contudo, em poucos anos, um novo governo retomou a proibição do comércio. O bloqueio do porto de Buenos Aires também ameaçou os preços das exportações paranaenses nos anos de 1845 e 1846. Mas rapidamente houve o desbloqueio, fazendo com que os preços se estabilizassem. Mais uma vez este período de relativa estabilidade nos preços e aumento nas quantidades exportadas é interrompido por uma crise nos países centrais. ARANHA (1867,p. 39) destaca o papel do funcionamento do padrão-ouro na irradiação dos efeitos da crise na Europa: “Estando em pleno funcionamento o sistema do padrão-ouro e vigorando o sistema de pagamentos multilaterais, os países platinos compradores do Brasil só podiam incrementar as suas importações na medida em que pudessem exportar para Europa”.

Os últimos anos desta primeira fase (1850-1865) apresentam um aumento substancial nos preços do produto. O índice dos preços ultrapassa 120, nos exercícios fiscais de 1856/1857 e de 1857/1858. O aumento dos preços tem início na primeira metade dos anos 1850. As causas desse movimento de preços, nas palavras de ARANHA (1967, p.43) são: “O aumento da procura (...), ocasionado pela desvalorização cambial verificada no ano fiscal 1851/1852 (o mil-réis passou a valer 27,44 dinheiros) [em 1849 valia 28,75] e pela guerra desencadeada na região do Prata – guerra contra Rosas”. O mate iria apresentar o mesmo comportamento verificado na guerra do Paraguai, em termos do seu uso militar. Isto é, a erva era usada na alimentação das tropas. Assim pode-se afirmar que a procura responsável pelo aumento brutal dos preços foi anormal pois, uma vez formados os estoques para a guerra, cessa o incremento da procura.

Cabe aqui destacar a importância da emancipação do Paraná em 1853, uma vez que esta parece ter derivado de maiores pressões exercidas por uma classe formada a partir da atividade ervateira (WESTPHALEN, BALHANA e

MACHADO, 1969, p.113). Aliás o mate era o negócio por excelência da nova província, já que o novo governo preocupou-se de imediato com a questão.

Esta fase de prosperidade, a maior observada desde o início da atividade, teve seu fim em função de três fatores principais. O primeiro diz respeito novamente a uma crise européia (1857); a guerra entre Blancos e Colorados em 1855 no Uruguai. E por último a redução, já citada, da demanda em função da guerra entre o Paraguai e a tríplice aliança (Brasil, Uruguai e Argentina). Esta crise foi debelada com a redução da produção, um tanto defasada, pois, os produtores inicialmente tentaram compensar a queda do preço com o aumento das exportações.

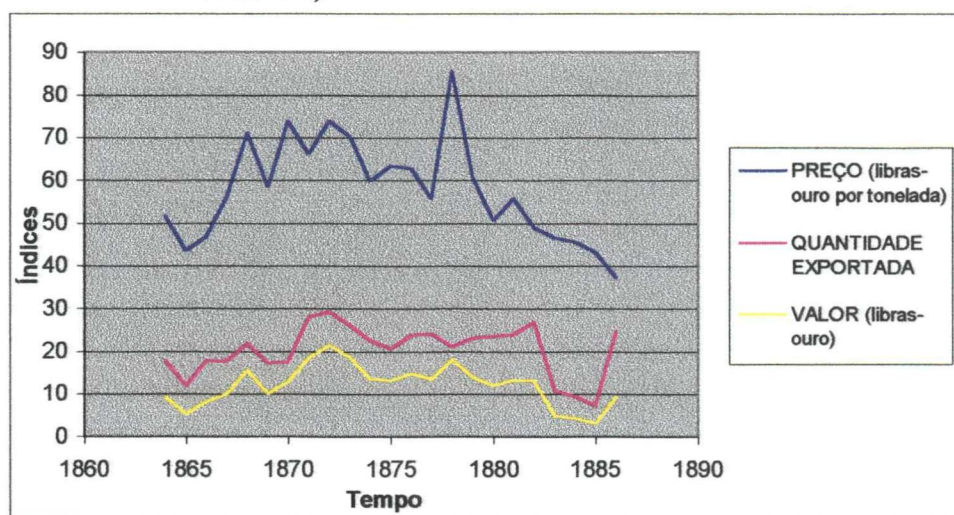
4.2 A SEGUNDA FASE: DA GUERRA DO PARAGUAI AO INÍCIO DA REPÚBLICA (1865-1887).

Após a crise de 1864 o Paraná contou com a conjuntura política na América do Sul. A guerra do Paraguai, envolvendo Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai (1865-1870), permitiu uma das maiores expansões do comércio ervateiro paranaense. O gráfico 3 mostra os dados para a exportação de mate entre 1865 e 1887.

Nas palavras de SANTOS (2001, p.51): "A situação de guerra entre o Brasil e o Paraguai teve resultados benéficos para o mate paranaense. A guerra eliminou a concorrência paraguaia e reabriu os mercados do Prata ao produto paranaense, graças à aliança militar estabelecida entre o Brasil, Uruguai e Argentina contra o Paraguai". Ainda sobre o período da guerra WESTPHALEN (1998, p.259) afirma que o preço médio da arroba de mate, denominado em mil-réis, mais que dobrou. É possível observar o aumento de preços no gráfico 3. Mas, nos dados utilizados para elaboração do gráfico, como houve uma desvalorização cambial, os preços em libras-ouro não dobraram como os denominados em mil-réis. ARANHA (1967, p.56-57) credita a essa desvalorização do mil-réis o aumento das compras. E como a oferta manteve-se praticamente constante, houve também reflexo nos preços, que aumentaram. Outro fator é o consumo do mate no *front* da guerra, ou seja, ao aumento do consumo civil soma-se o uso militar. É importante ressaltar que a

queda de preços mostrada no exercício de 1868/1869 foi em consequência de duas revoltas contra os governos do Uruguai e da Argentina, além da pequena valorização da taxa cambial em 1868/1869. Na tabela 1 é possível observar a evolução da taxa de câmbio neste período.

GRÁFICO 3 – PREÇO, QUANTIDADE E VALOR DE ERVA-MATE – 1865-1887 (1908-1912=100).



FONTE: ARANHA (1967)

TABELA 1 – TAXA DE CÂMBIO (DINHEIROS POR MIL-RÉIS).

ANOS (exercícios fiscais)	Taxa de câmbio
1864/1865	25
1865/1866	24,25
1866/1867	22,4
1867/1868	17
1868/1869	18,81

FONTE: ARANHA (1967)

Nos anos fiscais de 1869/1870, 1870/1871 e 1871/1872 a quantidade exportada aumentou em consequência do aumento na produção, advinda do otimismo gerado nos tempos da guerra. Os preços, com a produção paraguaia ainda em reorganização, continuaram seu movimento de alta. Assim, pode-se dizer que os efeitos do conflito sul-americano estenderam-se além deste, como mostram os dados para os anos citados.

A partir de 1872/1873 ocorreu a volta da concorrência dos ervais paraguaios e missioneiros, que em conjunto com uma valorização cambial do mil-réis, contribuiu para a reversão do movimento de aumento de preços¹⁵. Novamente crises nos países centrais afetaram a capacidade de importar na América do Sul. As crises de 1872, na França, e de 1873, nos EUA, colocaram novamente em funcionamento a irradiação de efeitos prejudiciais à capacidade de importar dos países periféricos. A queda dos preços continuou até 1876/1877, como indicado no gráfico 3, quando o índice em libras-ouro por tonelada atingiu 55,73. A queda, desde o pico de 1871/1872 foi de cerca de 24%. O aumento dos preços ocorrido em 1877/1878 foi devido à drástica redução da quantidade produzida, em virtude da queda de preços que vinha ocorrendo nos anos anteriores¹⁶. Este aumento de preços pode ser no entanto considerado como um “espasmo”, pois já em 1878 observa-se a recuperação continuada do declínio dos preços. Em 1886 o índice de preços da erva-mate atinge um valor inferior a 40 pontos, menor do que o do início do ciclo na década de 1830.

Neste período surgem com mais força questões sobre a falsificação do produto, sobre a concorrência paraguaia, sobre a conquista dos mercados europeus, além da evolução tecnológica através dos inventos de Francisco Camargo Pinto. Além disso, em 1885, a Argentina decidiu promover o estabelecimento de um parque de beneficiamento. Nas palavras de LINHARES (1969, p. 207) “...na Argentina, por ato oficial, foi desfechado, pode-se dizer, o mais forte golpe contra o mate brasileiro que ali entrava”. Foi aumentado o imposto de importação do mate beneficiado em cerca de 15%, favorecendo os engenhos que estavam sendo instalados desde meados dos anos 1870. O problema da falsificação e da evolução tecnológica são tratados no próximo capítulo com a finalidade de apontar o quanto estes fatores contribuíram para a internalização do processo de desenvolvimento sob

¹⁵ A valorização ocorreu em razão da contração de um empréstimo junto a Inglaterra para saldar dívidas da guerra, até 1875 a taxa cambial girou em torno de 26 dinheiros por mil-réis (ARANHA, 1967, p.62).

¹⁶ A quantidade produzida que girava em torno das 19000 no ano de 1877 toneladas cai, em 1878, para cerca de 16500 toneladas (ARANHA, 1967, p. 69).

o ciclo do mate. O Paraná teria contudo um novo movimento de alta na atividade ervateira, ocorrido entre os últimos anos do século XIX e a grande depressão de 1930. Nesse período aconteceu o auge e a forte decadência da economia da erva-mate no Paraná.

4.3 AUGUE E DECADÊNCIA: 1886-1926

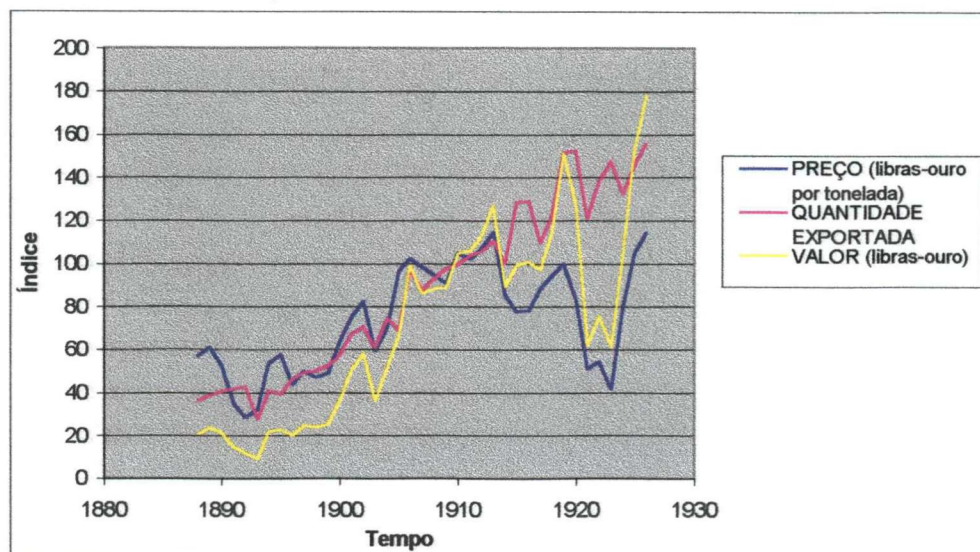
A partir do último quartel do século XIX ocorreram importantes transformações estruturais na economia ervateira. A primeira delas é a evolução tecnológica. Houve, no final da década de 1870, uma sensível melhoria do maquinário e dos processos de tratamento da erva. Isto ocorre em razão das melhorias desenvolvidas por Francisco Camargo Pinto, engenheiro que estudou no exterior, e da instalação do engenho de Idelfonso Pereira Correia em 1878¹⁷. Neste engenho o vapor substituíra a força hidráulica. Pode-se considerar que as inovações tecnológicas ocorridas são consequência da necessidade de se enfrentar a crise referida acima e da acumulação de capital advinda do mate (ARANHA, 1967, p.77). WESTPHALEN (1998, p.273) também destaca a contribuição das inovações para a qualidade do produto: “Os mercados consumidores eram os mesmos, mas os incessantes esforços dos industriais paranaenses haviam melhorado o produto que, assim, ganhara a sua preferência”. A estrutura de mercado também muda. A Argentina passa a concorrer com mais força no que diz respeito ao mate beneficiado e inicia plantações do produto. Ocorre nestes anos também uma oligopolização maior no Paraná. OLIVEIRA (2001, p.94) coloca: “Praticamente dois grandes comerciantes (Serro Azul e Nácar) enviavam por meio de seus negócios 75% do total das exportações paranaenses”¹⁸. Nesse cenário o Paraná vive o auge de sua economia primário exportadora de erva-mate.

¹⁷ No próximo capítulo é feita uma análise da evolução técnica na economia do mate.

¹⁸ A figura tão ressaltada na história curitibana o Barão do Serro Azul é Idelfonso Pereira Correia.

O gráfico 4 mostra a evolução dos preços, quantidade e valor exportados no período 1887-1926.

GRÁFICO 4 – PREÇO, QUANTIDADE E VALOR DE ERVA-MATE – 1888-1926 (1908-1912=100).



FONTE: ARANHA (1967)

Pode-se dividir esta última fase em dois períodos. O primeiro vai de 1886 até 1913. No qual, apesar de alguns altos e baixos, o preço do mate mantém-se com uma tendência de alta. No segundo período os preços mostram tendência de baixa, apesar de algumas oscilações.

No primeiro período a tendência de alta nos preços pode ser atribuída parcialmente à nova situação da indústria ervateira. A conclusão da estrada de ferro que liga Curitiba à Paranaguá permitiu o barateamento do transporte, enquanto as novas tecnologias aumentaram a qualidade e a produtividade do parque ervateiro paranaense. Outro fator foi o próprio crescimento demográfico e econômico das economias que importavam o mate do Paraná. MAGALHÃES FILHO (1972, p.-) escreve: “As últimas décadas do século XIX corresponderam a uma nova fase de rápido crescimento da economia exportadora. Os principais mercados da erva-mate expandiram-se à medida que se processava o crescimento da economia Argentina, e em menor escala das economias uruguaia e chilena”. Vários altos e baixos ocorreram nos primeiros anos do século XX devido aos fatores que permearam até aqui a discussão (crises econômicas, leis, câmbio, etc.), mas de uma maneira geral pode-se admitir que

a tendência observada por MAGALHÃES FILHO (1972) manteve-se nestes anos.

O início da decadência da exportação da erva-mate como maior negócio paranaense é marcada, no ano de 1913, pela primeira grande colheita argentina de mate e pela crise mundial ocorrida naquele ano, que abalou a capacidade de importar na América do Sul¹⁹. Apesar dos efeitos da crise mundial terem sido atenuados pela desvalorização ocorrida com a moeda brasileira²⁰, os preços não alcançaram, a partir de 1914, o mesmo nível atingido em 1913. Uma pequena recuperação ocorre no período 1916-1918, mas o preço de pico atingido nesta pequena expansão atinge somente cerca de 82% do preço de 1913. Fato que pode ser notado no gráfico 4.

A tendência de queda continua forte até 1922. O principal fator responsável por tal derrocada nos preços da erva paranaense parece ter sido o início das colheitas na Argentina, concomitantemente com a decisão de aumentar a exportação por parte dos paranaenses, com vistas a manter sua renda a partir da colocação de maiores quantidades do produto. Esta decisão agravou a crise pela qual passava o mate (ARANHA, 1967, p.131). Outra causa de tal queda foi a política protecionista adotada pela Europa no pós-guerra. Após um período de euforia na economia mundial, especialmente para os países primário-exportadores, o centro da economia mundial volta sua atenção para a reconstrução e o combate à inflação que estava assolando suas economias (ABREU et ali, 1989, p.46-50). Isto resultou em recessão na América do Sul.

Nova recuperação pode ser observada em meados da década de 1920, com o mate em 1926 tendo o preço em libras-ouro atingido o índice de 114,33, quase o mesmo de 1913. Esta recuperação teve como causa o funcionamento do mecanismo de mercado, o qual teve um movimento de diminuição da oferta relativamente ao aumento da procura. As causas deste movimento das curvas de oferta e demanda foram: a revolta ocorrida em São Paulo em 1924, que dificultou a saída das ervas do Mato-Grosso e do Alto-Paraná; as leis sobre a

¹⁹ Em conjunção com estes fatores, em 1910, a Argentina ganha na solução da questão de terras da região de Missões parte dos ervais brasileiros ARANHA (1967, p. 113).

²⁰ Neste ano teve fim a experiência da caixa de conversão depois que a fuga de divisas já tinha esgotado as reservas em ouro do Brasil. Assim a alternativa foi a desvalorização. Sobre este ponto ver a minuciosa análise de FRITSCH (1989).

qualidade do produto que tiveram maior efetividade nesta fase; e o conflito entre soldados do Uruguai e do Brasil, fato que dificultou a exportação para este país (ARANHA, 1967, p. 137-140).

Nessa época também a economia do mate foi permeada pela luta tarifária entre Brasil e Argentina. Para favorecer seu parque beneficiador a Argentina diminuiu a tarifa da erva bruta, ou cancheada²¹, e aumentou a da beneficiada. O Brasil procurou contra-atacar a medida instaurando tarifas no sentido contrário. Contudo, na opinião de ARANHA (1967, p.127), a fixação de tarifas baixas para a erva beneficiada foi tímida, pois este autor alega que somente reduzindo a tarifa a zero era possível competir com os engenhos argentinos. Para quantificar a situação nota-se que em 1930 foram exportadas 55.659.624 kg de erva cancheada e somente 11.207.722 kg da beneficiada.

A tabela 2 mostra os preços e a quantidade exportada a partir de 1930, na forma dos mesmos índices calculados por ARANHA (1967). Neste ano, em boa parte devido à crise mundial de 1929, o mate entra numa decadência mais acentuada.

TABELA 2 – PREÇO E QUANTIDADE DE ERVA-MATE -1930-1936 (1908-1912=100)

Anos	Quantidade	Preços libras-ouro por tonelada
1930	142,64	114,35
1931	129,05	72,06
1932	136,85	68,11
1933	99,56	43,14
1934	108,78	39,29
1935	103,39	29,03
1936	111,97	27,32

FONTE: ARANHA (1967)

A partir da crise mundial do início da década de 1930 o negócio da erva mate no Paraná tem sua derrocada. Daí em diante, como diz MAGALHÃES FILHO (1972), a madeira torna-se o principal produto de exportação do Estado. Nessa queda da atividade tem papel fundamental, além da referida crise mundial, a instalação lenta que se processou na Argentina de um parque beneficiador e de plantações da erva. A Tabela 3 mostra a evolução da importação e da produção na Argentina. A importação Argentina diminuiu cerca

²¹ A erva cancheada é a qual não passou por um beneficiamento mais fino, ainda imprópria para o consumo.

de 40%, entre a primeira metade da década de 1910 e 1937. Esta diminuição na importação é pequena se comparada com o aumento da produção de mais de 100000 toneladas no mesmo período.

No ano de 1936 nota-se que o preço do mate não atinge sequer o patamar do início dos dados coletados por Souza Aranha, em 1833. Se se tiver em mente que a economia do mate era já muito desenvolvida e capitalizada, pelo menos em termos regionais, percebe-se o impacto que tal queda nos preços significou para a sustentação da economia do Paraná.

TABELA 3 – PRODUÇÃO E IMPORTAÇÃO DE ERVA-MATE NA ARGENTINA EM TONELADAS (1910-1937)

Anos	Produção	Importação
Média 1910/14	974	53546
Média 1915/19	2415	59485
Média 1920/24	4760	67724
Média 1925/29	16840	75506
Média 1930/34	45998	54753
1935	75362	38755
1936	80451	38656
1937	106330	40587

FONTE: MAGALHÃES FILHO (1972)

LINHARES (1969, p.358) descreve a situação no final do ciclo do mate no Paraná:

A crise atingia, assim, seu grau máximo. Momentos verdadeiramente angustiosos eram vividos pelos exportadores brasileiros [principalmente] da beneficiada. Completamente desacomodados de qualquer ajuda, alguns deles, em desespero e como para ver se alvorçavam o patriotismo de nossas autoridades, chegaram ao extremo de transferir para Buenos Aires parte de suas instalações fabris. (...) nenhum deles pode fixar-se e continuar os negócios na mesma escala dos daqui, (...) obrigados a contentar-se com pequena margem de lucro.

No próximo capítulo trata-se da instalação dos institutos estaduais e nacional do mate, os quais com uma grande defasagem em relação ao surgimento de sua necessidade, especialmente no caso do último deles, tentaram dar solução à crise da exportação ervateira.

4.4 A PROMOÇÃO DO PRODUTO

O consumo do mate sob a forma de chimarrão, ou mesmo tererê²², é uma das tradições mais presentes no sul do Brasil, no Paraguai na Argentina e no Chile. Essas formas de consumir o mate nunca lograram êxito em conquistar mercados fora desta região. Mesmo dentro do Brasil o consumo de mate somente teve uma difusão maior a partir do advento do mate solúvel e das bebidas geladas à base da planta, já na segunda metade do século XX (LEÃO JÚNIOR, 2003).

O mate é considerado uma bebida estimulante, ou seja, um bem substituto do café e do chá-da-índia. Assim, a conquista do mercado externo significava a disputar uma fatia do mercado com esses produtos. Algumas tentativas foram empreendidas no século XIX, com o apoio do governo local. Contudo estas experiências não lograram êxito.

Temístocles LINHARES (1969, passim) reúne relatos e discussões acerca das tentativas de conquistar mercados externos. No século XIX o mate era remetido às famosas exposições mundiais na Europa e nos Estados Unidos. Entre elas LINHARES (1969, p.162 e ss.) cita as de Paris (1867), Viena (1873) e Filadélfia (1876). Contudo, a conquista do gosto do europeu e do americano pela erva sul-americana nunca se efetivou. Ocorreram diversas discussões a respeito das possíveis razões do fracasso.

O célebre engenheiro André Rebouças, um dos responsáveis pela construção da estrada de ferro que liga Curitiba à Paranaguá, atribui o malogro às embalagens do mate. O mate era embalado em surrões de couro, que eram uma espécie de saco de couro costurado. O couro “em cabelos” no dizer de Rebouças, ou seja, sem a raspagem do pelo parece ter causado uma má impressão aos europeus (LINHARES, 1969, p.162). A figura 2 mostra um surrão.

O modo de tomar o chimarrão também não agradava os europeus. A cuia e a bomba passando de “boca em boca” contrariava os hábitos refinados do velho mundo²³. Também o tempo que se leva para tomar o mate em uma

²² O chimarrão é a infusão da erva em água quente, já o tererê utiliza água fria.

²³ A cuia é o recipiente no qual se coloca a erva e se faz a mistura com a água quente, a bomba fica mergulhada na cuia e é por onde se sorve o líquido.

“roda”, bebendo de pouco em pouco, não combinava com a vida cada vez mais agitada do europeu. Neste sentido o café e o chá-da-índia adaptavam-se melhor ao estilo de vida mais urbano da Europa. O chimarrão, pelo tempo que leva para ser tomado, adapta-se melhor ao ambiente rural. LINHARES (1969, p.190) cita as opiniões de um pesquisador estrangeiro que foi um interessado pelas propriedades estimulantes do mate: “o problema estava apenas no uso de seus apetrechos, dificilmente aceitos na Europa [em alusão às opiniões de que o europeu não gostava do paladar amargo da bebida]. Ou melhor, no sistema de tomá-lo, em fazer a bomba passar de boca em boca. Outra dificuldade seria a demora, o hábito de aspirar lentamente o conteúdo da cuia, o que ao europeu não deixaria de ser fastidioso...”.

FIGURA 2 – SURRÃO PARA ACONDICIONAMENTO DE MATE.



FONTE: PARQUE HISTÓRICO DO MATE
 <<http://www.pr.gov.br/phmate/palnel6.html>>.

Apesar disso, ARANHA (1967, p.120) alude à existência de algum comércio com a Europa, já por volta de 1910, em especial com a Suíça, mas não apresenta dados sobre esta exportação. O mercado da Europa citado por ARANHA (1967) pode ser tido como muito pequeno, pois com a queda do mercado platino a derrocada do mate foi muito profunda, tendo outros mercados pouca importância para reverter a situação.

Percebe-se que o mate na forma de chimarrão, a mais popular na América do Sul à época, não conseguiu conquistar novos mercados. De acordo com a discussão apresentada por LINHARES (1969) infere-se que isto se deveu à forte concorrência por parte de bens substitutos, que já tinham precedência naquele nicho de mercado no qual a erva-mate pretendia atender.

Além disso os hábitos europeus de uma sociedade que acelerava sua urbanização não aceitaram o chimarrão como um substituto à altura do café e do chá-da-índia. Disto conclui-se que, apesar de alguns esforços por parte do Estado e dos exportadores foi inútil a tentativa de difundir o mate na Europa. O mate conquistaria mercados mais amplos, principalmente dentro do Brasil, a partir do momento que passou a ser usado como insumo para as mais diferentes bebidas industrializadas.

5 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SOB A ATIVIDADE ERVATEIRA

Seguindo a lógica proposta por Sérgio Boisier, em sua concepção de desenvolvimento regional, o presente capítulo se propõe a analisar certos aspectos sócio-econômicos do Paraná à época em que a exploração de mate era a atividade econômica principal da região. Não se pretende traçar uma conclusão definitiva sobre a existência, articulação e coerência entre os elementos do hexágono de desenvolvimento regional apresentado no capítulo 1. Mas o que será feito é um estudo do grau em que alguns fatores impulsionaram ou atrasaram o desenvolvimento da região.

Para tal tarefa foram selecionados aspectos considerados relevantes no ciclo da erva-mate, o estudo de cada um corresponde às seções deste capítulo. A primeira seção diz respeito às características peculiares do capital aplicado na exploração da erva-mate. Isso em relação à formação do que MAGALHÃES FILHO (1972) chama de burguesia industrial do mate. Esse aspecto suscitou estudos acadêmicos como o de MAGNUS PEREIRA (1990). Depois, na segunda seção, discute-se a atuação dos governos local e nacional para favorecer o principal sustentáculo econômico do Paraná à época. Essa análise é subdividida em duas partes, na primeira discute-se as diretrizes adotadas pelo governo local em favor de várias demandas dos atores envolvidos com o mate. Em seguida, é feita uma rápida revisão da questão do estabelecimento tardio do Instituto Nacional do Mate por parte do governo central, fato que remete às negociações estabelecidas entre os governos local e central. Na última seção é discutida a questão da falsificação do produto, um objeto de constante atenção das autoridades. Na conclusão tais aspectos são relacionados a elementos do hexágono de desenvolvimento regional, além disto são feitos apontamentos em relação ao atraso ou impulso que cada um pode ter proporcionado para o Paraná.

5.1 AS CARACTERÍSTICAS DO CAPITAL ERVATEIRO

O desenvolvimento de uma classe burguesa industrial no Paraná do século XIX foi apontado pela primeira vez por MAGALHÃES FILHO (1972). Nas palavras deste autor:

O mate estimulou o desenvolvimento de uma nova classe social: a burguesia. (...) o mate exigia um processamento semi-industrial, que mais tarde se transformaria em atividade realmente industrial. Essa evolução das forças produtivas, introduzidas pelo estímulo do comércio exterior, (...), rompeu com a estrutura escravagista e fez surgir o capitalismo (MAGALHÃES FILHO, 1972, p.-).

Mais adiante no mesmo trabalho ele comenta:

É óbvio que essa burguesia industrial não era uma reprodução idêntica das burguesias industriais européias ou norte-americanas, nem era idêntica à burguesia industrial que se desenvolvia no Brasil em função do processo de industrialização por substituição de importações. Mas nem por isso era menos burguesia industrial. Seu poder decorria da propriedade de bens de capital, as relações de trabalho eram já predominantemente assalariadas desde a época em que no Brasil ainda dominava o escravagismo (MAGALHÃES FILHO, 1972, p.-).

Já MAGNUS PEREIRA (1990), seguindo a mesma linha de argumentação, faz uma apresentação exaustiva do assunto, relacionando três pontos característicos da atividade ervateira: (1) a questão do assalariamento da mão-de-obra; (2) a característica predominantemente urbana da atividade e (3) a evolução tecnológica dos processos de industrialização da erva. Estas três características, presentes no Paraná durante o ciclo do mate, parecem apontar na direção de que o capitalismo avançava com alguma precocidade nesta região. Isto pode não ser considerado como obra da consciência e da vontade dos empresários da época, como se procura argumentar abaixo, mas

nem por isso a região deixou de se beneficiar com estas características da atividade²⁴. OLIVEIRA (2001, p. 90-91) afirma:

O impacto na sociedade paranaense da formação da burguesia do mate foi considerável. Em termos nacionais o Paraná era uma unidade pequena, logo as transformações regionais representam uma pequena escala na esfera nacional. Regionalmente, as conseqüências para o Paraná na década de 1870 foram imensas [época na qual OLIVEIRA admite a formação de uma burguesia industrial madura]. Elementos fundamentais da modernização do Paraná foram lançados naquela conjuntura.

Abaixo se discute brevemente cada um destes pontos.

5.1.1 O Assalariamento da Mão-de-Obra

Por muito tempo o fato de que os braços de cativos não foram muito importantes na economia do mate foi peça de apologia por parte de intelectuais paranaenses. Os intelectuais paranaenses ligados ao movimento que se convencionou chamar de paranismo não se cansavam de chamar a atenção no sentido de que a erva-mate empregava, em sua maioria, trabalhadores livres²⁵. Estes autores não deixam de ter razão, mas ao que parece o fato de poucos escravos estarem presentes nos engenhos, na coleta e no transporte de mate não tem muita relação com uma consciência de respeito humano por parte dos ervateiros.

Temístocles LINHARES (1969, p. 234-244) discute a presença de escravos na atividade ervateira. Apresenta transcrições de documentos nos quais os autores referem-se a trabalhadores e não a cativos como mão-de-obra. O mais antigo destes documentos data do início da segunda metade do século XIX. Diz ele sobre a recém emancipada Província (1853): “O comércio

²⁴ Um dos raros casos, em que um empresário aparentava plena lucidez acerca do desenvolvimento que poderia ser gerado pelo avanço do capitalismo no Paraná, parece ser o de Idelfonso Pereira Correia, uma espécie de Mauá regional. Sobre este ponto ver COSTA (1974).

²⁵ Os autores paranistas foram intelectuais, escritores e historiadores que desenvolveram idéias ufanistas em relação ao Paraná. Entre eles pode-se citar David Carneiro e Romário Martins.

de erva-mate é o principal ramo de sua exportação; e conquanto seja produção do centro da Província, é laborada por *homens jornaleiros...*”(CARNEIRO apud LINHARES, 1965, p.63)²⁶. LINHARES admite que houveram escravos em maioria trabalhando nos engenhos de erva-mate, mas somente antes da chegada de Francisco Alzaray, o qual já tinha o engenho movido à força hidráulica. Antes, os engenhos eram movidos à força humana ou animal. Os escravos que continuaram empregados na produção de mate faziam a socagem do mate em suas embalagens. Depois foram substituídos por trabalhadores livres. É certo que os escravos não estavam completamente excluídos da economia do mate, mas não constituíam a mão-de-obra principal. Além disso, pode-se dizer que estiveram mais presentes no litoral do que no planalto²⁷.

Também na coleta nos ervais o braço escravo era menos presente ainda, pois esta atividade tinha uma característica sazonal, impedindo que o investimento em escravos se tornasse regra²⁸. O proprietário de ervais preferia, dada a sazonalidade a que a coleta estava sujeita, investir em capital de giro do que imobilizar seu capital em escravos. LINHARES (1969, p.238) afirma: “A fôrça do trabalho (sic), assim, só podia ser mobilizada durante esse interregno de tempo [os meses nos quais se dava a coleta], o que não deixava de ser impedimento natural ao trabalho escravo. Este seria demasiado oneroso, pois ao proprietário não conviria jamais, por curto prazo, desviar escravos de serviços mais rendosos e duradouros”.

No engenho havia uma motivação adicional para contratar trabalhadores livres. A forma de remuneração era considerada vital para o bom andamento da produção. Antes da maior automatização, quando a maioria das tarefas era realizada pelo braço humano, tarefas diferentes eram remuneradas de forma diversa. A torrefação e a moagem, atividades que dependiam da velocidade da máquina, tinham seus operários remunerados por hora. Já no ensurroamento, onde um homem segurava o surrão aberto e o outro socava, a habilidade do trabalhador e a motivação ao trabalho eram consideradas cruciais para um

²⁶ CARNEIRO, N. *Um precursor da justiça social (David Carneiro e a economia paranaense)*. Ed. Imprensa Paranense, Curitiba: 1965.

²⁷ Enquanto Curitiba, em 1853, tinha 8% da população sob cativeiro, nas cidades de Antonina, Morretes e Paranaguá este percentual chegava a 20%.

²⁸ A erva-mate deve ser colhida somente em alguns meses do ano.

maior rendimento. Sendo assim, os operários ocupados desta tarefa recebiam por surrão enchido. MAGNUS PEREIRA (1990, p.66) conclui: “Era mais uma forma de indução ao trabalho em benefício da acumulação industrial”.

Um último fator deve ser considerado o mais fundamental para a adoção do trabalhador livre como mão-de-obra por excelência do mate. A escassez de escravos no Paraná. Com a ascensão da cultura do café em São Paulo os contingentes de cativos foram sendo enviados para aquela região. OLIVEIRA (2001, p. 91) argumenta neste sentido.

Na vizinha Província de São Paulo, com o fim do tráfico atlântico de escravos e a implantação da economia cafeeira a partir de 1850, começa um fluxo de saída de escravos do Paraná para São Paulo. As grandes demandas por mão-de-obra para as regiões cafeeiras de São Paulo e a rentabilidade do negócio cafeeiro acarretam a drenagem de parte dos escravos paranaenses para São Paulo.

Este autor cita as receitas estaduais advindas da exportação de escravos. Relatórios de Presidentes da Província de 1858 até a década de 1880 apresentam receitas provenientes da saída de escravos.

Em suma a escravidão na economia do mate foi predominante na época em que a exploração comercial não tinha maior fôlego. A partir da subida de preços ocorrida no início do século XIX, decorrente principalmente da retirada do Paraguai do mercado, a mão-de-obra livre foi a que predominou. É certo que cativos e assalariados dividiram afazeres nos engenhos até a segunda metade do século XIX, principalmente no litoral, mas gradualmente a mão-de-obra livre foi aumentando em importância. A partir da década de 1870 o uso de escravaria desaparece quase que completamente nos engenhos. Pode-se dizer que no Paraná durante o ciclo do mate, pelas circunstâncias já referidas, a escravidão nunca atingiu a magnitude econômica que teve nos ciclos do açúcar, do ouro e mesmo do café. Nesse sentido é interessante deixar em aberto a questão de se a região sentia os efeitos do multiplicador advindo da adoção de mão-de-obra assalariada.

5.1.2 A Evolução Tecnológica na Indústria de Erva-Mate

A história da tecnificação da indústria de erva-mate no Paraná se inicia com a transferência do “pacote tecnológico” jesuíta. Essa transferência se deu no começo do ciclo na década de 1820. Como já foi citado acima, um dos agentes responsáveis pela difusão no Paraná de tais técnicas foi Francisco Alzaray²⁹. Ele trouxe as técnicas desenvolvidas pelos jesuítas e comerciantes paraguaios, as quais permitiam a produção do mate que agradava ao paladar platino. Assim, o primeiro passo na tecnologia da indústria ervateira foi dado em razão das circunstâncias que provocaram a transferência dos negociantes estrangeiros³⁰. Contudo, nos anos seguintes, o Paraná parece ter internalizado com relativo sucesso o processo de geração de tecnologia no que diz respeito à fabricação do mate.

Após um período no qual as atividades desenvolvidas nas fábricas de mate permaneceram sem mudanças muito significativas, o próximo degrau do desenvolvimento tecnológico foi a introdução da força a vapor, pois durante a primeira metade do século XIX os engenhos de erva-mate utilizavam a roda d'água como força motriz. Segundo Temístocles LINHARES (1969, p.170), em 1857, foi instalada, pela primeira vez, uma caldeira em um engenho de Antonina³¹. Pouco tempo depois vários melhoramentos técnicos foram introduzidos por Francisco Camargo Pinto, um engenheiro paranaense que retornou da Europa na década de 1870 e começou a trabalhar na melhoria técnica da fabricação do mate³². MAGNUS PEREIRA (1990, p.67) comenta que as inovações apresentadas por Camargo Pinto, desenvolvidas a partir da década de 1860, correspondiam exatamente às atividades desenvolvidas por cada um dos operários especializados do engenho. O torrador de forma cilíndrica, a máquina de peneirar e abanar, o moedor e uma máquina para

²⁹ Quase ao mesmo tempo da vinda de Alzaray outro comerciante, Manuel Miro, também instalou-se em Curitiba com o *know-how* paraguaio (LINHARES, 1969).

³⁰ Como colocado no capítulo anterior a transferência de Alzaray foi dada pelo fato da dificuldade imposta ao comércio com o Paraguai advinda das leis de Francia.

³¹ Neste ponto há discordância entre os historiadores. David CARNEIRO (1967, p.107) discorda de Temístocles Linhares e atribui o pioneirismo no uso da energia térmica a um “engenheiro” de Curitiba, Caetano José Munhoz.

³² Camargo Pinto foi bolsista do Imperador Dom Pedro II. Se formou em engenharia na Inglaterra (LINHARES, 1969, p. 174). Sobre Camargo Pinto uma análise mais detalhada é feita por David CARNEIRO (1967, p. 110-115).

ensuroar o mate de uma forma mais automatizada correspondiam exatamente a tarefas desenvolvidas por operários especializados. Assim, os industriais do mate procuravam atingir independência em relação aos conhecimentos e habilidades detidos pelos trabalhadores. Essa procura por desvencilhar-se dos detentores de outras partes da atividade já se prenuncia quando no começo do ciclo os comerciantes procuram atuar também no beneficiamento (MAGNUS PEREIRA, 1990, p. 69 e passim). Isto configura uma luta, através da melhoria tecnológica, pela apropriação de uma maior parcela da renda gerada pelo mate, a qual foi uma das marcas da burguesia industrial do mate. Aliás, essa modalidade de apropriação do processo de trabalho é característica das burguesias industriais.

Assim, três motivações principais podem ser arroladas acerca do interesse da incipiente burguesia industrial paranaense em gerar inovações: (1) a já citada procura por uma maior fatia da renda gerada pelo mate; (2) a melhoria do produto com vistas a conquistar melhores preços e a confiança do consumidor e (3) o aumento na quantidade produzida, uma vez que em alguns momentos de baixa de preço a alternativa para a manutenção da renda era o aumento da quantidade exportada.

Já no século XX, no final do ciclo, o beneficiamento e a produção da erva-mate cancheada (semibeneficiada) tinham um grau razoável de automatização. Gradativamente, depois da mudança da força hidráulica para o vapor foram sendo introduzidas outras inovações. As esteiras para o transporte de matéria-prima e a racionalização do *layout* dos engenhos datam da década de 1880. Por último, no início do século XX, foi desenvolvido um processo de peneiração que separava cada “granulometria” da erva. As diferentes densidades derivadas deste processo eram recombinadas de acordo com o gosto de cada mercado consumidor (MAGNUS PEREIRA, 1990, p.69).

Um dos agentes principais neste processo de internalização da geração de técnicas foi Idelfonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, o qual teve papel de destaque na segunda metade do século XIX. COSTA (1974) trabalha a figura deste empresário como um típico *entrepeneur* schumpeteriano. Idelfonso Pereira Correia foi o financiador de boa parte dos inventos de Camargo Pinto. Nas palavras de COSTA (1974, p. 210):

Idelfonso Pereira Correia foi assim, o destacado industrial a montar o primeiro estabelecimento que congregou todos os recursos da moderna técnica, aliados à força motriz do vapor. Espírito prático e inclinado a adotar os progressos que a técnica oferecia, financiou e aplicou as invenções de Francisco Camargo Pinto na industrialização da erva-mate paranaense³³.

COSTA (1974) também afirma que muitas das inovações introduzidas no engenho de Idelfonso Pereira Correia foram adotadas por outros empresários, até mesmo em Santa Catarina. Nesse sentido esta autora argumenta que as inovações adotadas pelo Barão do Serro Azul fizeram

...com que outros ervateiros também renovassem a produção de seu mate, (...). A partir de então, a indústria deixou os processos rudimentares para ingressar na fase da verdadeira industrialização, havendo conseqüentemente, aumento na produção, melhoria da qualidade, barateamento do produto e maior aceitação por parte dos mercados consumidores (COSTA, 1990, p. 211).

É possível, portanto, argumentar que em termos do desenvolvimento tecnológico o Paraná obteve certo sucesso no que diz respeito à produção de erva-mate. O ciclo teve até seu legítimo *entrepeneur*, na figura do Barão do Serro Azul.

5.1.3 O caráter urbano da economia do mate

Dentro da economia do mate sempre houve um domínio econômico dos chamados “engenheiros”, ou seja, dos proprietários de engenho, sobre a atividade extrativa. Enquanto o setor dos engenhos era oligopolizado, a extração estava pulverizada, uma vez que participavam dela todos aptos ao trabalho manual (MAGNUS PEREIRA, 1990, p. 49). Neste sentido são esclarecedoras as impressões de Zacarias de Góes e VASCONCELLOS (1854, p. 66-67), primeiro presidente da Província por ocasião de sua

³³ É certo que outros engenhos de mate também já eram movidos a vapor. Idelfonso Pereira Correia parece ter melhorado e estendido o uso do vapor para partes do engenho que utilizavam ainda outros tipos de força motriz, por exemplo, foi em sua empresa que pela primeira vez foi usada uma esteira para transportar o produto dentro do engenho.

emancipação, as quais mostram que boa parte da população trabalhava com o mate, indicando a pulverização acima referida.

O mate, pois que he huma producção espontânea dos immensos heruaes silvestres, que cobrem huma dilatada extensão de território, está, como eu já disse, ao alcance da maior parte de sua população, sem distinção de sexo, nem idade, pois que tanto as mulheres como os homens, assim os velhos com os meninos, são asados á trabalharem no seu primeiro e facilimo processo.

Portanto, pode-se dizer que os agentes ligados à extração do mate enfrentavam no mercado um oligopsônio, ficando então sujeitos às condições oferecidas pelos ditos “engenheiros”. Assim, como fica claro no processo de evolução técnica, os proprietários de engenho tinham maior capacidade de reforçar esta característica de predominância sobre a atividade de coleta. Pode-se dizer que existia no Paraná a predominância econômica do processamento nos engenhos sobre a primeira produção (coleta e primeiro processamento).

Dado o predomínio econômico do setor industrial dentro da atividade ervateira, é natural que a sociedade paranaense à época desenvolvesse um caráter urbano. A urbanização não resultava somente do aumento da população das cidades, as quais ainda na segunda metade do século XIX não chegavam a ter dez mil habitantes. Mas o que ressalta o caráter urbano é a localização das atividades mais dinâmicas do sistema econômico. E, sem dúvida, no que diz respeito ao mate o dinamismo pertencia aos engenhos localizados nas cidades.

Quando os engenhos não se localizavam diretamente nas cidades, traziam uma rápida urbanização do seu entorno. MAGNUS PEREIRA (1990, p. 3-4) dá como exemplo de urbanização o surgimento do município de Porto de Cima. Este, em consequência da expansão dos negócios da erva-mate, emancipa-se de Morretes.

A característica urbana da economia do mate fica mais evidente se a compararmos com a pecuária dos Campos Gerais. Esta última era centrada nas propriedades rurais, as quais apresentavam certa autonomia, uma vez que boa parte das necessidades das populações que residiam nelas eram

atendidas dentro da própria fazenda. Na sociedade do mate as cidades eram necessárias para suprir as demandas dos envolvidos. E, como diz MAGNUS PEREIRA (1900, p. 4), cada vez mais estas necessidades eram definidas pelo seu próprio caráter urbano.

Entre os resultados mais importantes da urbanização paranaense pode-se citar as melhorias de meados do século XIX, com as quais a população passou a desfrutar de ruas pavimentadas, crescentes oportunidades de instrução (ainda que muito incipientes) e maior saneamento. Além disso, é possível argumentar que acelerando a urbanização a economia do mate permitiu que a sociedade paranaense desfrutasse das chamadas economias de aglomeração³⁴. A concentração nas cidades ajudou também a formar uma indústria localizada próxima aos engenhos do mate e, relacionada diretamente com eles, como a metalurgia e a barricaria.

5.2 A ATUAÇÃO DO ESTADO DURANTE O CICLO DO MATE

A análise apresentada nesta seção divide-se em duas partes. A primeira baseia-se no trabalho de VANALI (1995), apresentando as medidas tomadas pelo governo local a fim de incentivar e manter a economia que se constituía no fundamento econômico da região. Em segundo lugar é feita uma revisão de como se deu a instalação e a atuação do Instituto Nacional do Mate, criado pelo governo central para enfrentar a crise que se iniciou no começo da década de 1930. Também a atuação dos Institutos Estaduais do Mate é analisada, embora o Estado tenha sido marginal na constituição destes órgãos. Assim, estas duas partes analisam as atuações mais importantes dos governos local e central, respectivamente.

³⁴ As economias de aglomeração são os ganhos econômicos advindos da proximidade entre várias atividades econômicas, na linguagem microeconômica são um tipo de externalidade observada em aglomerações populacionais, geralmente centros urbanos.

5.2.1 Políticas públicas adotadas pelo governo local para a erva-mate no Paraná

A importância crucial da exportação de erva-mate para a economia do Paraná pode ser observada através da influência que as demandas dos industriais/exportadores tinham sobre a adoção de políticas públicas por parte do governo provincial. O governo local, durante os mais de cem anos em que o mate dominou a economia regional, adotou políticas voltadas a atender interesses deste setor³⁵. VANALI (1995, p. 23) afirma que os objetivos de tais políticas eram: “assegurar a coordenação geral do processo da economia ervateira (...) e o controle relativo das incertezas, externalidades e distorções [do mercado de mate]”. Nessa lógica, as políticas relacionadas com a atividade ervateira situaram-se em torno de alguns temas como: a organização da produção ervateira e a tributação, mecanismos de fomento à produção de mate, controle de qualidade do produto comercializado, pesquisa tecnológica no setor ervateiro, medidas punitivas (principalmente no que diz respeito à falsificação do produto) e a difusão do consumo de mate (VANALI, 1995, passim).

Já no início do primeiro governo provincial a época de colheita do mate se torna escopo de regulamentos, isto porque a poda das árvores era feita em qualquer época, prejudicando a produtividade dos ervais e diminuindo a qualidade do produto. Assim, Zacarias de Góes e Vasconcellos instituiu um regulamento (06/12/1854) que limita o período de colheita de fevereiro a agosto. Além da época do corte, este regulamento dispunha sobre a maneira de se fazer a secagem e o beneficiamento. Depois deste regulamento pioneiro outros se sucederam, dispondo sobre a época do corte e a maneira de se fazer o primeiro processamento. Podem ser citadas as leis nº 87 de 14/04/1862, nº 429 de 24/04/1875, o regulamento de 20/03/1876 e a lei nº 638 de 22/03/1882. Cada uma destas alterava as datas de corte procurando observar o excesso de oferta do produto nos mercados.

³⁵ A política econômica regional não foi somente baseada nas demandas dos industriais/exportadores de erva-mate, mas a atividade recebeu atenção especial durante seu longo ciclo. Sobre este ponto ver VANALI (1995, passim).

Outro aspecto sempre presente nas políticas públicas do período ervateiro foi a tributação. Dois pontos são importantes no que diz respeito à taxação da atividade. Primeiramente é necessário levar em conta que a exportação de mate ocorria sob duas formas: o mate beneficiado e a erva cancheada, que servia de insumo para engenhos estrangeiros. Ainda nos primeiros meses depois da emancipação o governo provincial procura estimular o parque ervateiro através de uma lei (nº 19 de 18/09/1853) que impunha um imposto de 8% sobre o mate não beneficiado e de 4% sobre o que saía dos engenhos paranaenses. Mas, à luz da evolução da produção argentina, este primeiro regulamento não parece ter surtido muito efeito. Como já foi comentado anteriormente, naquele país não somente desenvolveram-se engenhos como também plantações de ervais. Essa situação passou a ser intensamente discutida na década de 1880, uma vez que as exportações de erva beneficiada caíam abruptamente enquanto crescia o negócio da exportação de erva bruta (cancheada) (LINHARES, 1969, p.221-222). Finalmente, depois de intensos debates entre intervencionistas e liberais foi sancionada a lei nº 810 de 03/11/1885, pelo Presidente da Província Alfredo Taunay. Esta lei determinava que a erva beneficiada exportada estaria isenta de qualquer tributação, enquanto a cancheada seria tributada em 200\$000 por arroba. Contudo esta lei não alcançou a efetividade esperada. Isto ocorreu tanto pelo que já foi assinalado acima, ou seja, a taxa brasileira não compensou o incentivo argentino à importação de cancheada, quanto pelo fato de que a lei paranaense favoreceu outros produtores que não adotaram regulamento semelhante (Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato-Grosso e Paraguai) (LINHARES, 1969, p.223; VANALI, 1995, p.28). O segundo aspecto que se refere à questão dos tributos sobre o mate era o da vinculação dos impostos arrecadados. Nesta faceta da política tributária local os governos, tanto o provincial como os municipais, parecem ter adotado leis que favoreceram o negócio ervateiro e a sociedade como um todo. Estas vinculações foram importantes na melhoria da infra-estrutura e na promoção do produto no exterior (aspecto que não alcançou a efetividade desejada).

O desenvolvimento tecnológico também foi alvo de incentivo estatal. A lei nº 30 de 12/03/1854 estabeleceu um prêmio para inventores de processos que aumentassem a produtividade dos engenhos em 30% e ainda

melhorassem a qualidade do produto. O prêmio foi concedido ao proprietário de engenho Manoel Antonio Pereira dois anos depois. Ainda outros incentivos e prêmios foram instituídos até meados da década de 1870. A partir destes anos os empresários parecem ter internalizado a idéia de que a geração de tecnologia era necessária para que houvesse uma maior apropriação dos lucros da atividade. Assim o Estado passa a não intervir neste aspecto (VANALI, 1995, p. 30).

A difusão do consumo de mate já foi discutida no capítulo anterior. Daquela discussão pode-se entender que o Estado atuou para que fossem conquistados novos mercados. Além das medidas de levar o mate a exposições no exterior deve-se mencionar a isenção de impostos determinada pela lei nº 526 (1879) para o mate exportado para os EUA e para a Europa.

Medidas contra a falsificação do produto foram uma constante durante o ciclo do mate. Admite-se que sua efetividade foi aumentando gradativamente, mas este foi um problema que esteve sempre presente na economia ervateira. O Estado teve neste campo uma atuação forte considerando sempre este aspecto muito importante nas políticas para a erva-mate. Este assunto será discutido brevemente na terceira seção deste capítulo.

Essa pequena síntese de algumas ações estatais a favor da exploração da erva-mate mostram que o governo provincial sempre esteve preocupado com os caminhos desta atividade. Isto não poderia ser diferente, uma vez que a maior parte das receitas provinciais estavam vinculadas à exportação de mate. Nessa lógica pode-se dizer que as ações públicas recebiam a influência dos industriais/exportadores, mas também a manutenção desta economia dependia a "sobrevivência" do setor público. Contudo as ações tomadas não tinham uma lógica de coordenação. Assim elas constituíram medidas isoladas que não refletiam uma visão planejada sobre o negócio ervateiro.

5.2.2 Os Institutos Estaduais e o Instituto Nacional do Mate

A crise de 1929/1930 atingiu de forma severa a economia ervateira, selando o destino do negócio e colocando em "xeque" as possibilidades de expansão para esta atividade. Como já foi comentado no capítulo anterior, a

crise agiu sobre a demanda de produtos primários dos países importadores de mate. Deste modo a demanda pelo produto brasileiro diminuiu. Além disto a Argentina, maior mercado consumidor, começou a plantar e instalar um parque moageiro, fazendo com que a demanda minguasse mais ainda.

Quando se prenunciou esta crise, a atitude dos produtores, em particular do Paraná e de Santa Catarina, foi procurar reunir os industriais/exportadores em instituições capazes de enfrentar as adversidades. Assim, ainda na década de 1920, foram criados os Institutos Estaduais do Mate de Santa Catarina e do Paraná (ARANHA, 1967, p. 144-150; LINHARES, 1969, p. 408-410)³⁶. A iniciativa para a instalação de tais institutos partiu do setor privado. O Estado participou dando-lhes caráter oficial e determinando a obrigatoriedade das taxas de exportação que os mantinham (ARANHA, 1967, p. 147-148).

Os dois institutos tinham como finalidade defender os níveis de preços, promover o produto em novos mercados, fomentar o desenvolvimento técnico e auxiliar os governos na adoção de medidas favoráveis ao mate. Contudo a atuação destas instituições foi bem limitada, com resultados muito aquém dos requeridos para se reverter a crise pela qual o setor passava. Nesse sentido LINHARES (1969, p. 408) aponta o fracasso dos institutos no tocante a promoção do produto: "Como as arrecadações eram insignificantes, a ação dos dois órgãos, em matéria de propaganda sobretudo, estava longe de corresponder às exigências e ao alcance das providências a serem tomadas". No que diz respeito aos outros aspectos nos quais os institutos deveriam atuar ARANHA (1967, p. 156) afirma que nenhuma providência foi tomada no tocante à pesquisa técnica e ao levantamento de dados sobre o mercado. ARANHA (1967, p.154-156) credita o fracasso desses órgãos ao fato de que eles provocaram um "racha" entre os produtores de mate. Isto se deu porque somente alguns pertenciam ao grupo que constituía os institutos, fazendo com que existisse a oferta dos "de dentro" e dos "de fora". Assim os produtores "de fora" procuraram se reunir em outras instituições, fragmentando a política para o produto. LINHARES (1969, p.408) conclui: "Não passavam as duas entidades de instrumentos inócuos, sem fôrça (sic) e poderio para nada e dos quais muito pouca coisa seria lícito esperar. (...)talvez a única vantagem colhida fosse (sic)

³⁶ O instituto de Santa Catarina foi fundado em 02/12/1927 e o paranaense em 02/04/1928.

a de fazer sentir junto aos interessados a necessidade de maior aglutinação das classes que labutavam na mesma economia”.

Com o fracasso da intervenção por parte dos interessados, contando somente com a ajuda marginal dos governos locais, somados à forte crise de 1929/1930, tornou-se imperioso procurar apoio junto ao governo central.

A instalação de um órgão apoiado pelo governo central era solicitada pelos ervateiros desde os primeiros sinais de crise nos anos 1920. Contudo, pelo fato de que o mate era uma cultura marginal, com importância de caráter mais regional, as demandas dos empresários do setor não foram atendidas. Somente com a instauração do Estado Novo nasce o Instituto Nacional do Mate. Nesse contexto político, pode-se especular sobre a possibilidade deste movimento de auxílio do governo central ter-se constituído em uma manobra política para conseguir o apoio de uma oligarquia regional.

O Instituto Nacional do Mate nasceu no ano de 1938, subordinado ao Ministério da Agricultura. Suas atribuições eram similares às dos Institutos Estaduais. Mais precisamente eram “...supervisionar, controlar, fiscalizar e assistir financeira e economicamente todas as atividades ervateiras...” (COREIA OLIVEIRA).

O financiamento das atividades do Instituto seria feito através da cobrança de de uma taxa sobre a arroba de mate exportada. Na sua inauguração o governo previu que a carteira agrícola do Banco do Brasil também poderia financiar as atividades do Instituto.

A principal atribuição deste órgão foi estabelecer entrepostos para receber a produção de mate e vender para os beneficiadores e exportadores. Os entrepostos recebiam e pagavam um preço mínimo pela produção que estava dentro das quotas estabelecidas. Esse mate era vendido também pelo Instituto para os beneficiadores e exportadores, que tinham que pagar um preço fixado pela autarquia³⁷.

Contudo a dificuldade imposta pela perda do mercado argentino, fez com que o Instituto fixasse quotas muito baixas. Sendo assim alguns atravessadores compravam o excesso de produção por preços muito abaixo dos colocados pelo Instituto. Deste modo a renda do setor não foi garantida

³⁷ Na realidade o funcionamento da compra e venda de mate apresentava diversos detalhes, para estes ver CORREIA OLIVEIRA (1974).

pela atuação daquele órgão. A presença deste órgão também não teve muito efeito em termos de pesquisa na produtividade dos ervais e na promoção do produto. Outra dificuldade foi a falta de financiamento, uma vez que a taxa cobrada era muito baixa e a carteira do Banco do Brasil estava envolvida na defesa do café.

Contudo neste trabalho argumenta-se que o grande problema da atuação do Estado nacional foi o atraso no estabelecimento do órgão. Isto porque quando o Instituto foi instalado a Argentina já tinha estabelecido um forte parque beneficiador bem como tinha aumentado muito sua produção. Assim, quando o governo nacional finalmente acudiu o setor da erva-mate, as condições para o estabelecimento de um maior grau de monopólio por parte do Brasil eram muito adversas.

5.3 A CULTURA DA FALSIFICAÇÃO

O fortalecimento da atividade ervateira teve como um dos seus maiores obstáculos a adulteração do produto, que desde os primeiros tempos de comércio era praticada indiscriminadamente. A falsificação da qual o mate era vítima consistia na mistura, junto ao produto autêntico de galhos, pedras e ervas diversas. LINHARES (1969, p.84-85) mostra que o problema já era preocupação dos governantes locais em 1829:

Esse [a adulteração do produto] seria um dos grandes problemas do mate paranaense, pois a tal extremo chegaram as misturas de ervas estranhas com a da planta verdadeira que a câmara de Curitiba, em sua sessão ordinária de 15 de setembro de 1829, houve por bem tomar em consideração as bem-intencionadas indicações feitas a respeito por dois de seus membros, a fim de coibir as fraudes praticadas pelos fabricantes e exportadores, "substituindo criminosamente a ingênua congonha por outras plantas heterogêneas".

O principal resultado da prática da falsificação sistemática do mate era o descrédito que o produto sofria nos mercados consumidores. Com isso a economia ervateira no Paraná tinha uma constante fonte de forte concorrência, pois quando o Paraguai voltava ao mercado o mate brasileiro era deslocado

para mercados menos importantes. A erva paraguaia parecia menos sujeita às adulterações que ocorriam no Brasil.

A evolução da luta contra a falsificação pode ser acompanhada observando-se as medidas tomadas pelo governo para coibi-la. A determinação de 1829 foi inócua, uma vez que havia dificuldades imensas para a fiscalização do mate adulterado. A inspeção do mate exportado exigiria mão-de-obra especializada e dotada do "...mais ilibado desinteresse" (LINHARES, 1969, p.85). Assim, o comércio prosseguiu mesmo com este grave problema. Isto se deve ao fato de que quando não havia outras fontes de oferta os mercados consumidores aceitavam a erva "viciada".

Por ocasião da emancipação da Província do Paraná outras medidas foram tomadas. O mesmo regulamento, citado acima, que dispunha sobre o período do ano em que o mate poderia ser colhido, também dava atenção ao caso da falsificação. Ele determinava que o mate adulterado deveria ser apreendido e destruído, sendo aplicadas multas aos fabricantes e compradores (VANALI, 1995, p.31). A lei nº 87 de 14/04/1862 aumentava o escopo de ação da anterior. Punia também quem transportava, acondicionava, embarcava, etc. Mais tarde, em 1873, a lei nº 349 estimulava a denúncia, prevendo que a multa seria dividida entre o governo da Província e o denunciante.

Esta sucessão de leis que procuravam combater o mal da falsificação mostra como o problema perdurava, apesar das legislações para erradicá-lo. É mister acrescentar que somente no século XX é que as falsificações foram finalmente contidas, mais precisamente depois da grande crise que acometeu o setor.

Utilizando o conceito de cultura, contido no referencial teórico fornecido por Sérgio Boisier, sugere-se que este fenômeno estava profundamente ligado a uma cultura individualista dos atores econômicos paranaenses. Argumenta-se nesta direção porque é possível admitir que os envolvidos com a prática da adulteração tivessem conhecimento de que isso provocava descrédito do produto no exterior. Além disso, decidiam correr o risco de receber punição ao comercializar o produto de má qualidade. A possibilidade do estabelecimento de uma forte economia exportadora, tendo como uma das principais características a qualidade do produto, não foi um fator que sensibilizou os envolvidos.

6 CONCLUSÃO

O Paraná teve no ciclo da erva-mate uma oportunidade sem precedentes para gerar um processo de desenvolvimento regional. Os grandes ervais nativos de que dispunha o Estado permitiram que este se tornasse rapidamente a maior região exportadora de mate, detendo cerca de três quintos do mercado no período logo após a guerra do Paraguai. Os ciclos que antecederam a exploração da erva-mate deixaram marcas importantes, mas não alcançaram a significação econômica atingida pelo mate.

A demanda externa apresentou fortes flutuações durante o período em que a erva dominou os negócios paranaenses. Isso pode ser creditado especialmente ao fato de que, diferentemente da procura por café, a do mate dependia da capacidade para importar de países periféricos. Deste modo a atividade ervateira sentia de maneira amplificada, os efeitos das crises no centro da economia mundial. Contudo, a demanda externa manteve-se durante o ciclo em um patamar que sustentou a exploração do mate como atividade principal da região durante quase todo o século XIX e início do XX. Neste sentido é válido admitir que o mate não foi uma atividade capaz de provocar transformações estruturais a nível nacional, como no caso do café. Porém sua importância para a geração do desenvolvimento regional é inegável. No sentido de reforçar esta afirmação pode-se citar a importante conclusão de OLIVEIRA (2001, p.65) sobre as atividades econômicas do Paraná:

Não pensamos que estas atividades tenham sido meros reflexos externos. Foram duras conquistas de alternativas econômicas de uma frágil sociedade e economia, pobre e pequena, que, assim, viabilizava empreendimentos mais rentáveis que a mera subsistência. Para a mineração, o tropeirismo e a erva-mate, dinâmicas internas foram ativadas, conectadas e relacionadas, permitindo substanciais progressos econômicos e o crescimento da sociedade paranaense. A partir destas atividades, seria formada a plataforma para a acumulação capitalista moderna no Paraná.

Como colocado por Boisier em sua concepção de desenvolvimento regional a oportunidade de se gerar um processo de desenvolvimento advém de um impulso dado pelo crescimento econômico. No Paraná, durante a

predominância do mate como atividade econômica, ocorreram simultaneamente a transferência de tecnologia, quando Alzagaray traz as técnicas paraguaias; a existência de uma demanda externa, a qual mesmo com fortes flutuações era capaz de polarizar fortemente as forças produtivas locais e a acumulação de capital, uma vez que grandes empresas foram formadas durante aquele período. A política econômica nacional não deu maior atenção à exploração do mate, mas durante o segundo Império e a Primeira República o Paraná se encaixava no caráter exportador da economia brasileira. Sendo assim, o governo central pode não ter dado atenção especial a tal atividade, porém não praticou políticas que dificultaram o crescimento econômico a partir dela.

Admitindo que a economia do mate tenha proporcionado a oportunidade necessária para a geração de um processo de desenvolvimento regional, resta saber como este impulso foi aproveitado pela sociedade paranaense. É o que se procura indicar com o título deste trabalho.

Portanto, no tocante ao desenvolvimento regional, é importante destacar que o Paraná teve a capacidade de gerar um substancial conhecimento sobre as técnicas de beneficiamento e de cultivo da planta, ainda que estes não tivessem sido amplamente utilizados, ou seja, por todos os produtores. O mate também beneficiou o desenvolvimento da região pelo fato de que permitiu a troca da mão-de-obra escrava pela assalariada com alguma precocidade em relação ao resto do país. O fato de que o centro dinâmico desta economia localizava-se nas cidades foi outro fator de geração de desenvolvimento econômico.

Por outro lado argumenta-se que a atuação do Estado constituiu-se num fator que fez com que as possibilidades de desenvolvimento a partir da economia ervateira fossem mal utilizadas. Isto porque na fase provincial o governo local limitou-se a editar regulamentos e leis que não tratavam globalmente o problema, repetindo-se muitas vezes sobre os mesmos assuntos sem alcançar maior efetividade. Não teve a capacidade de unir os interesses dos envolvidos e nem de negociar no tempo necessário junto ao governo central a ajuda através do estabelecimento de um órgão para atenuar a crise. Assim, remetendo-se à teoria de Boisier, pode-se dizer que os procedimentos do Estado, no que diz respeito ao mate, não tinham um

planejamento coerente, consistindo mais em legislações pontuais e de poucos resultados práticos. O erro principal, o qual pode ser creditado tanto às autoridades quanto aos capitalistas do setor, foi o de não estabelecer uma posição forte no mercado antes que a Argentina tomasse providências quanto a sua dependência em relação ao produto. Deste modo pode-se dizer que a relação da classe ervateira com o entorno (governo central) falhou nas negociações que deveriam ser estabelecidas com o governo central para que uma ajuda fosse estabelecida anteriormente. A relação com o mercado também não foi um sucesso, pois a promoção do produto também não obteve sucesso.

A cultura individualista que atormentou as exportações do Paraná com as adulterações constantes do produto é outra razão fundamental da subutilização do potencial gerado pela atividade ervateira. Na concepção de Boisier a cultura individualista é capaz de gerar um processo de crescimento, mas não permite a união de interesses no sentido de provocar o desenvolvimento de uma região.

Estradas, Portos, emancipação política, urbanização, fortalecimento do comércio, etc. foram frutos do ciclo ervateiro. Sem dúvida houve um processo de desenvolvimento regional ligado à exploração do mate, mas o fracasso na percepção de alguns aspectos cruciais não permitiu que o Paraná aproveitasse toda a potencialidade que esta atividade trouxe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, L. F. de S. *O Mercado Ervateiro*. São Paulo, 1967. Dissertação (mestrado em economia) – FEA, Universidade de São Paulo.

BOISIER, S. *Política Econômica, Organização e Desenvolvimento Regional*. In: HADDAD, P. *Economia Regional: Teoria e Métodos de Análise*. Fortaleza: BNB/ETENE p. 589-694, 1986.

_____. *Teorias y Metáforas sobre desarrollo territorial*. Santiago do Chile: CEPAL, 1999.

CARNEIRO, D. *Fasmas Estruturais da Economia do Paraná*. Curitiba: Imprensa da Universidade do Paraná, 1962.

COSTA, O. R. G. *A Ação Empresarial de Idelfonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul na Conjuntura Paranaense*. Curitiba, 1974. 333 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

DUGGER, W. *Methodological Differences between Institutional and Neoclassical Economics*. In: SAMUELS, W. J. (org.) *Institutional Economics*. Vol. 2. Aldershot: Edgar Elgar publishing, 1998. (Schools of Thought in Economics series)

FRITSCH, W. *Apogeu e Crise Durante a Primeira República*. In: ABREU, M. de P. *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 27ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

LEÃO JÚNIOR LTDA, *A História da Mate Leão*. Disponível em: www.mateleao.com.br. Acesso em: 23/11/2003.

LINHARES, T. *História Econômica do Mate*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

MAGALHÃES FILHO, F. de. *Evolução Histórica da Economia Paranaense*. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 28, 1972.

_____. *Da Construção ao Desmanche: análise do projeto de desenvolvimento paranaense*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH, Universidade de São Paulo.

MAGNUS PEREIRA, *Fazendeiros, Industriais e Não-Morigerados: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889)*. Curitiba, 1996. 327 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

MARTINS, R. *História do Paraná*. Curitiba: Editora Guairá, 1937.

OLIVEIRA, R. da C. *O Silêncio dos Vencedores: Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

SANTOS, C. R. A. dos. *Vida Material Vida Econômica*. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná: textos introdutórios)

SILVEIRA NETO, J da. *Acumulação de capital: 1820-1930 – O caso da erva-mate no Paraná*. Curitiba, 1997. 197 f. Dissertação (mestrado em desenvolvimento econômico) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

VANALI, A. C. *Diretrizes das Políticas Públicas Elaboradas para a Erva-Mate no Paraná, de 1854 a 1889*. Curitiba, 1995. 86 f. Monografia (Graduação em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

VASCONCELLOS, Z. de G. e. *Relatório do Presidente da Província*. 1854. Disponível em: www.pr.gov.br. Acesso em: 02/11/2003.

WESTPHALEN, C.; BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.

WESTPHALEN, C. M. *Porto de Paranaguá: um sedutor*.

WILBER C. K. HARRISON R. S. *The Methodological Basis of Institutional Economics: pattern model, storytelling and holism*. In: SAMUELS, W. J. (org.) *Institutional Economics*. Vol. 2. Aldershot: Edgar Elgar publishing, 1998. (Schools of Thought in Economics series)

OBRAS CONSULTADAS

PADIS, P. C. *Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná*. Campinas: Hucitec, 1981.

COSTA, S. G. *A Erva-Mate*. Curitiba: Editora da UFPR, 1989.

BACILLA, A. *O Drama do Mate*. Curitiba: Editora Guairá, 1965.

WACHOWICZ, R. *História do Paraná*. Curitiba: Editora dos professores, 1967.

ANEXO 1

TABELA – DADOS DE ÍNDICES DE EXPORTAÇÃO DE ERVA-MATE DO BRASIL: PREÇO, QUANTIDADE E VALOR. 1833-1926. (1908-1912=100)

ANOS	PREÇO (libras-ouro por tonelada)	QUANTIDADE	
		EXPORTADA	VALOR (libras-ouro)
1833	38,53	2,79	1,07
1834	41,4	3,03	1,23
1835	44,9	2,03	0,91
1836	53,18	3,94	2,08
1837	50,95	3,6	1,82
1838	37,26	4,31	1,6
1839	34,39	3,9	1,34
1840	38,22	4,28	1,6
1841	44,58	4,48	1,98
1842	44,9	3,99	1,82
1843	45,22	4,16	1,87
1844	45,86	3,99	1,82
1845	42,99	4,99	2,14
1846	47,77	4,29	2,03
1847	48,09	5,04	2,41
1848	48,09	7,68	3,69
1849	42,67	9,41	4,01
1850	40,13	9,4	3,74
1851	42,67	8,57	3,64
1852	47,13	12,3	5,77
1853	42,36	7,97	3,37
1854	46,5	11,66	5,4
1855	52,87	10,04	5,29
1856	95,22	11,49	10,91
1857	127,07	12,78	16,2
1858	123,56	9,98	12,3
1859	83,44	11,95	9,94
1860	71,97	16,48	11,81
1861	72,61	12,42	8,98
1862	66,88	12,07	8,02
1863	59,55	14,93	8,87
1864	51,59	17,76	9,14
1865	43,63	12,07	5,24
1866	46,81	17,69	8,23
1867	56,05	17,82	10
1868	71,02	22	15,61
1869	58,6	17,31	10,1
1870	73,88	17,59	12,94
1871	66,24	27,85	18,39
1872	73,88	29,23	21,54
1873	70,38	26,17	18,6
1874	59,87	22,59	13,53
1875	63,37	20,72	13,1
1876	62,74	23,86	14,92

1877	55,73	24,17	13,42
1878	85,67	21,19	18,07
1879	60,51	23,07	13,9
1880	50,64	23,64	11,97
1881	55,73	24	13,31
1882	49,04	26,82	13,15
1883	46,5	10,74	4,97
1884	45,54	9,42	4,28
1885	43,31	7,3	3,15
1886	37,26	24,69	9,14
1887		35,21	
1887	48,73	17,61	8,55
1888	57,01	36,46	20,74
1889	60,83	38,94	23,63
1890	52,55	40,66	21,28
1891	35,35	41,61	14,65
1892	28,34	42,51	12,08
1893	32,48	27,67	8,98
1894	53,82	40,88	21,92
1895	57,64	39,44	22,72
1896	43,87	46,33	19,99
1897	50	49,23	24,59
1898	47,13	50,19	23,68
1899	49,04	52	25,39
1900	63,37	57,15	36,14
1901	74,84	67,06	50,04
1902	82,48	70,49	57,95
1903	59,55	60,74	36,19
1904	70,06	74,25	51,91
1905	96,5	69,13	66,66
1906	102,23	97,17	99,27
1907	98,41	87,51	86,07
1908	94,9	93	88,21
1909	91,08	97,54	88,63
1910	105,09	99,8	104,73
1911	102,23	103,96	106,01
1912	106,68	105,71	112,42
1913	114,65	110,7	126,8
1914	85,99	100,38	89,17
1915	77,71	128,36	99,54
1916	78,34	129,08	100,77
1917	88,53	110	97,19
1918	94,27	122,36	114,99
1919	100	151,64	151,23
1920	83,44	152,46	127,02
1921	50,95	120,88	61,64
1922	54,46	138,44	75,32
1923	41,72	147,35	61,26
1924	79,94	132,39	105,58
1925	105,09	145,85	153,11

1926

114,33

155,77

177,64
